



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.087-A, DE 2025 **(Do Poder Executivo)**

URGÊNCIA - ART.64, §1º, CF (Mensagem nº 299/2025)
OF nº 318/2025

Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1087, de 2025, do Poder Executivo, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. ARTHUR LIRA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
TRABALHO;

ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

EM RAZÃO DA DISTRIBUIÇÃO A MAIS DE QUATRO COMISSÕES DE
MÉRITO, DETERMINO A CRIAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA
ANALISAR A MATÉRIA, CONFORME O INCISO II DO ART. 34 DO RICD.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão Especial:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão
- Voto em separado

PROJETO DE LEI

Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º-A A partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026, será concedida redução do imposto sobre os rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal do imposto sobre a renda das pessoas físicas, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela de redução do imposto mensal

Rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste mensal	Redução do imposto sobre a renda
Até R\$ 5.000,00	Até 312,89 (de modo que o imposto devido seja zero)
De R\$ 5.000,01 até R\$ 7.000,00	$1.095,11 - (0,156445 \times \text{rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal})$ (de modo que a redução do imposto seja decrescente linearmente até zerar para rendimentos a partir de R\$ 7.000,00)

§ 1º O valor da redução a que se refere o *caput* fica limitado ao valor do imposto determinado de acordo com a tabela progressiva mensal e com o disposto no art. 4º.

§ 2º Os contribuintes que tiverem rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal superior a R\$ 7.000,00 (sete mil reais) não terão redução no imposto devido.



§ 3º Fica designada a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda como órgão gestor responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do benefício tributário de que trata o *caput* quanto à consecução das metas e dos objetivos estabelecidos.

§ 4º A redução do imposto a que se refere este artigo também será aplicada no cálculo do imposto cobrado exclusivamente na fonte no pagamento do décimo terceiro salário a que se refere o art. 7º, *caput*, inciso III, da Constituição.” (NR)

“CAPÍTULO II-A DA TRIBUTAÇÃO MENSAL DE ALTAS RENDAS

Art. 6º-A A partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026, o pagamento, o creditamento, o emprego ou a entrega de lucros e dividendos por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil em montante superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em um mesmo mês fica sujeito à retenção na fonte do imposto sobre a renda das pessoas físicas mínimo – IRPFM à alíquota de 10% (dez por cento) sobre o total do valor pago, creditado ou entregue.

§ 1º São vedadas quaisquer deduções da base de cálculo.

§ 2º Caso haja mais de um pagamento, crédito ou entrega de lucros e dividendos no mesmo mês, realizado por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil, o valor retido na fonte referente ao IRPFM deve ser recalculado de modo a considerar o total dos valores pagos, creditados, empregados ou entregues no mês.” (NR)

“Art.

10.
.....

.....
.....

IX - R\$ 16.754,34 (dezesesseis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) a partir do ano-calendário de 2015 até o ano-calendário de 2025; e

X - R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais) a partir do ano-calendário de 2026.

.....
.....” (NR)



“Art. 11-A. A partir do exercício de 2027, ano-calendário de 2026, será concedida redução do imposto sobre a renda das pessoas físicas anual – IRPF anual, apurado sobre os rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela de redução do ajuste anual

Rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual	Redução do imposto sobre a renda
Até R\$ 60.000,00	Até R\$ 2.694,15 (de modo que o imposto devido seja zero)
De R\$ 60.000,01 até R\$ 84.000,00	9.429,52 - (0,1122562 x rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual) (de modo que a redução do imposto seja decrescente linearmente até zerar para rendimentos a partir de R\$ 84.000,00)

§ 1º O valor da redução a que se refere o *caput* fica limitado ao valor do imposto sobre a renda anual calculado de acordo com a tabela progressiva anual vigente no ano-calendário.

§ 2º Os contribuintes que tiverem rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual superiores R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) não terão redução no imposto devido.” (NR)

“Art. 12. Do imposto apurado conforme a tabela progressiva anual poderão ser deduzidos:

.....
.....” (NR)

“Art. 13. A soma dos montantes determinados na forma prevista nos art. 12 e art. 16-A constituirá, na declaração de ajuste anual, se positiva, saldo do imposto a pagar e, se negativa, valor a ser restituído.

.....
.....” (NR)

“CAPÍTULO III-A DA TRIBUTAÇÃO ANUAL DE ALTAS RENDAS

Art. 16-A. A partir do exercício de 2027, ano-calendário de 2026, a pessoa física cuja soma de todos os rendimentos recebidos no ano-calendário seja superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) fica sujeita ao IRPFM, nos termos do disposto neste artigo.



§ 1º Para fins do disposto no *caput*, serão considerados todos os rendimentos recebidos no ano-calendário, inclusive os tributados de forma exclusiva ou definitiva e os isentos ou sujeitos à alíquota zero ou reduzida, deduzindo-se, exclusivamente:

I - os ganhos de capital, exceto os decorrentes de operações realizadas em bolsa ou no mercado de balcão organizado sujeitas à tributação com base no ganho líquido no Brasil;

II - os rendimentos recebidos acumuladamente tributados exclusivamente na fonte, de que trata o art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, desde que o contribuinte não tenha optado pelo ajuste anual de que trata o § 5º do referido artigo; e

III - os valores recebidos por doação em adiantamento da legítima ou herança.

§ 2º A alíquota do IRPFM será fixada com base nos rendimentos apurados nos termos do disposto no § 1º, observado o seguinte:

I - para rendimentos iguais ou superiores a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a alíquota será de 10% (dez por cento); e

II - para rendimentos superiores a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e inferiores a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a alíquota crescerá linearmente de zero a 10% (dez por cento), conforme a seguinte fórmula:

Alíquota % = (REND/60000) - 10, em que:

REND = rendimentos apurados na forma prevista no § 1º.

§ 3º A base de cálculo do IRPFM corresponderá ao valor apurado nos termos do disposto no § 1º, deduzindo-se, exclusivamente:

I - os rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança;

II - os valores recebidos a título de indenização por acidente de trabalho, por danos materiais ou morais, ressalvados os lucros cessantes;

III - os rendimentos isentos de que trata o art. 6º, *caput*, incisos XIV e XXI, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e

IV - os rendimentos de títulos e valores mobiliários isentos ou sujeitos à alíquota zero do imposto sobre a renda, exceto os rendimentos de ações e demais participações societárias.

§ 4º O valor devido do IRPFM será apurado a partir da multiplicação da alíquota pela base de cálculo, com a dedução:

I - do montante do imposto sobre a renda das pessoas físicas devido na declaração de ajuste anual, calculado nos termos do disposto no art. 12;

II - do imposto sobre a renda das pessoas físicas retido exclusivamente na fonte incidente sobre os rendimentos incluídos na base de cálculo do IRPFM;

III - do imposto sobre a renda das pessoas físicas apurado com fundamento nos art. 1º a art. 13 da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023;

IV - do imposto sobre a renda pago definitivamente referente aos rendimentos computados na base de cálculo do IRPFM e não considerado nos incisos I a III deste parágrafo; e

V - do redutor apurado nos termos do disposto no art. 16-B.

§ 5º Caso o valor apurado nos termos do disposto no § 4º seja negativo, o valor devido do IRPFM será zero.

§ 6º Do valor apurado na forma prevista nos § 4º e § 5º será deduzido o montante do IRPFM antecipado nos termos do disposto no art. 6º-A.

§ 7º O resultado obtido nos termos do disposto no § 6º será adicionado ao saldo do imposto sobre a renda das pessoas físicas, a pagar ou a restituir, apurado na declaração de ajuste anual, nos termos do disposto no art. 12.” (NR)

“Art. 16-B. Caso se verifique que a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica com a alíquota efetiva do IRPFM aplicável à pessoa física beneficiária ultrapassa a soma das alíquotas nominais do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, o Poder Executivo federal concederá redutor do IRPFM calculado sobre os referidos lucros e dividendos pagos, creditados, empregados ou entregues por cada pessoa jurídica à pessoa física sujeita ao pagamento do IRPFM de que trata o art. 16-A, na forma de regulamento.

§ 1º A soma das alíquotas nominais a serem consideradas para fins do limite previsto no *caput* correspondem a:

I - 34% (trinta e quatro por cento), no caso de pagamento de lucros ou dividendos pelas pessoas jurídicas não alcançadas pelo disposto nos incisos II e III deste parágrafo;

II - 40% (quarenta por cento), no caso de pagamento de lucros ou dividendos pelas pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e por aquelas referidas no art. 1º, § 1º, incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

III - 45% (quarenta e cinco por cento), no caso de pagamento de lucros ou dividendos pelas pessoas jurídicas referidas no art. 1º, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

§ 2º O valor do redutor de que trata este artigo corresponderá ao resultado obtido por meio da multiplicação do montante dos lucros e dividendos pagos, creditados, empregados ou entregues à pessoa física pela pessoa jurídica pela diferença entre:

I - a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica com a alíquota efetiva do IRPFM aplicável à pessoa física beneficiária; e

II - o percentual previsto nos incisos I, II e III do § 1º.

§ 3º Para fins do disposto neste artigo, considera-se:

I - alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica - a razão observada, no exercício a que se referem os lucros e dividendos distribuídos, entre:

a) o valor devido do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica; e

b) o lucro contábil da pessoa jurídica;

II - alíquota efetiva do IRPFM - a razão entre:

a) o acréscimo do valor devido do IRPFM, antes da redução de que trata este artigo, resultante da inclusão dos lucros e dividendos na base de cálculo do IRPFM; e

b) o montante dos lucros e dividendos recebidos pela pessoa física no ano-calendário; e

III - lucro contábil da pessoa jurídica - o resultado do exercício antes dos tributos sobre a renda e das respectivas provisões.

§ 4º A concessão do redutor de que trata este artigo fica condicionada à apresentação de demonstrações financeiras da pessoa jurídica, elaboradas de acordo com a legislação societária e com as normas contábeis em vigor, na forma de regulamento.

§ 5º O cálculo da alíquota efetiva e do imposto devido pela pessoa jurídica poderá ser realizado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fonte pagadora, na forma do regulamento.

§ 6º As empresas não sujeitas ao regime de tributação pelo lucro real poderão optar por cálculo simplificado do lucro contábil, o qual corresponderá ao valor do faturamento com a dedução das seguintes despesas:

I - folha de salários, remuneração de administradores e gerentes, e respectivos encargos legais;

II - preço de aquisição das mercadorias destinadas à venda, no caso de atividade comercial;



III - matéria-prima agregada ao produto industrializado e material de embalagem, no caso de atividade industrial;

IV - aluguéis de imóveis necessários à operação da empresa, desde que tenha havido retenção e recolhimento de imposto sobre a renda pela fonte pagadora quando a legislação o exigir;

V - juros sobre financiamentos necessários à operação da empresa, desde que concedidos por instituição financeira ou outra entidade autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil; e

VI - depreciação de equipamentos necessários à operação da empresa, no caso de atividade industrial, observada a regulamentação sobre depreciação a que se sujeitam as pessoas jurídicas submetidas ao regime do lucro real.

§ 7º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá fornecer os dados a que se refere este artigo e calcular o valor do redutor na declaração pré-preenchida do imposto sobre a renda da pessoa física, a partir das informações prestadas pelas pessoas jurídicas pagadoras dos lucros e dividendos. (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto sobre a renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País, observado o disposto no art. 6º-A e no art. 16-A da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

.....

§ 4º Os lucros ou dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 10% (dez por cento).” (NR)

“Art. 10-A. Caso se verifique que a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica domiciliada no Brasil distribuidora dos lucros e dividendos com a alíquota prevista no art. 10, § 4º, ultrapassa a soma das alíquotas nominais do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, o Poder Executivo federal concederá ao beneficiário residente ou domiciliado no exterior crédito calculado sobre o montante



de lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, que tenham sido tributados com fundamento no art. 10, § 4º, na forma de regulamento.

§ 1º O valor do crédito de que trata este artigo corresponderá ao resultado obtido por meio da multiplicação do montante dos lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos pela pessoa jurídica, pela diferença entre:

I - a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica, apurada nos termos do disposto no art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, acrescida de dez pontos percentuais; e

II - o percentual previsto no art. 16-B, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

§ 2º O residente ou o domiciliado no exterior poderá pleitear, em até trezentos e sessenta dias, contados do encerramento de cada exercício, o crédito de que trata este artigo.” (NR)

Art. 3º Fica revogado o art. 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Brasília,



Brasília, 15 de março de 2025

Senhor Presidente da República,

Submeto a sua apreciação Projeto de Lei que tem por finalidade alterar a legislação do Imposto sobre a Renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e instituir a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dar outras providências.

Considerações sobre a progressividade tributária

2. Primeiramente, cumpre destacar aspectos relevantes apontados na Nota Técnica “Progressividade tributária: diagnóstico para uma proposta de reforma” publicada pelo Instituto de Política Econômica Aplicada – Ipea na Carta de Conjuntura Número 65 – Nota de Conjuntura 8 - 4º trimestre de 2024.

2.1. Na análise dos dados de renda da população brasileira, o estudo aponta para a concentração de renda pelo 1% (um por cento) e 0,1% (um décimo por cento) mais rico e a composição de renda deste extrato, onde há prevalência de rendimentos de capital.

“A renda acumulada pelo 1% mais rico também é um bom indicador de concentração e, no caso brasileiro, atingiu aproximadamente 23,6% da renda disponível bruta das famílias em 2022, ... Esse nível de concentração é não só um dos mais altos do mundo como também cresceu nos anos recentes...”

Já os milionários, aqueles que possuem uma renda superior a R\$ 1 milhão anuais, representam cerca de 307 mil pessoas ou 0,2% da população adulta, conforme pode-se aferir pelas declarações de IRPF de 2022.

Outra forma de analisar a mesma questão é olhar para quanto cada estrato de renda concentra dos diferentes tipos de rendimento. Nesse sentido, ... estrato do 1% mais rico concentra aproximadamente 8% da renda de salários e benefícios sociais e mais de 70% dos rendimentos do capital, resultando nos 23,6% da renda disponível total.

Quando subimos mais na pirâmide e chegamos ao 0,1% mais rico, verificamos que os milionários deste estrato concentram apenas 1,5% das rendas do trabalho e benefícios sociais, mas 45% da renda do capital e mista, o que resulta numa participação de 11,9% sobre a renda total.”

2.2. Nas considerações finais sobre a progressividade da tributação da renda no Brasil, aponta-se como a principal causa da baixa progressividade da tributação na renda das pessoas físicas, a isenção sobre lucros e dividendos:



A baixa (ou nula) progressividade da tributação da renda, em especial no topo da distribuição (0,2% mais ricos, precisamente), é reflexo de inúmeras distorções e privilégios perpetuados no sistema tributário brasileiro. Entre elas, destacam-se não só a isenção sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas (caso raro no mundo atual) como também os benefícios inerentes aos regimes especiais de tributação e as brechas existentes no regime de Lucro Real, que tornam a tributação do lucro das empresas brasileiras tão díspar entre diferentes corporações e setores econômicos, como vimos anteriormente.

2.3. Por fim, o estudo aponta como possível solução a tributação progressiva dos dividendos distribuídos a pessoas físicas e, alternativamente, a imposição de imposto mínimo para os milionários:

Essa ampliação de base, com menores alíquotas e maior equidade na tributação do lucro empresarial, juntamente com alguma fórmula de tributação progressiva dos dividendos distribuídos às pessoas físicas, sem exceções, poderá promover mais justiça fiscal, além de aumentar a eficiência e a competitividade da nossa economia. Enquanto tal reforma estrutural não ocorre, medidas alternativas como a imposição de um imposto mínimo sobre os milionários podem cumprir um papel paliativo temporário, compensando a falta de progressividade no topo da pirâmide.”

Redução do imposto devido

3. A partir de janeiro do ano-calendário de 2026, será concedida redução do imposto sobre os rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal do imposto sobre a renda das pessoas físicas, de modo que o imposto devido seja zero no caso de pessoas físicas que auferem rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste mensal de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

4. Para isso, a redução do imposto devido será de até R\$ 312,89 (trezentos e doze reais e oitenta e nove centavos). No caso de rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste mensal de R\$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo) até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a redução do imposto será decrescente linearmente a partir de R\$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo) até zerar para rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual a partir de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Assim, a redução será calculada mediante a seguinte equação: $[1.095,11 - (0,156445 \times \text{rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal})]$.

5. É importante destacar que a dedução proposta no projeto considera o ajuste da faixa de isenção do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) atualizado em dois salários-mínimos, no valor de R\$ 3.036,00 (três mil e trinta e seis reais), conforme anunciado pelo governo federal. Assim, o presente projeto considera que o valor da primeira faixa de isenção da tabela progressiva mensal será de R\$ 2.428,80 (dois mil, quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta centavos).

6. Nessa sistemática de redução do imposto, os contribuintes que receberem até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e optarem pelo desconto simplificado de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo

da faixa com alíquota zero da tabela progressiva mensal poderão reduzir até R\$ 312,89 (trezentos e doze reais e oitenta e nove centavos) do imposto devido mensalmente sobre os rendimentos sujeitos à tabela progressiva do imposto sobre a renda das pessoas físicas, o que significa que não terão imposto a pagar no mês.

7. No cálculo da redução do ajuste anual, tem-se que, para os contribuintes que auferirem rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a redução será de até R\$ 2.694,15 (dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e quinze centavos). No caso de rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual de R\$ 60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) até R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), a redução será calculada mediante a seguinte equação: $[R\$ 9.429,52 - (0,1122562 \times \text{rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual})]$. Considerando-se o desconto simplificado de 20% sobre os rendimentos tributáveis sujeitos à tributação no ajuste anual, o resultado é que trabalhadores com rendimentos até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) não terão imposto a pagar na declaração de ajuste anual. A redução do imposto devido na declaração de ajuste anual será progressivamente decrescente para rendimentos tributáveis superiores a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e inferiores a R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).

8. Essa redução qualificada do imposto sobre a renda das pessoas físicas, que atinge majoritariamente o trabalhador com menor poder aquisitivo, visa beneficiar as classes C, D e E e disponibilizar mais renda para o atendimento das necessidades prioritárias do trabalhador. Em contrapartida, o aumento do consumo resultará em crescimento da atividade econômica do País.

Tributação das altas rendas - Imposto sobre a renda das pessoas físicas mínimo

9. O Projeto de Lei institui, a partir de janeiro do ano-calendário de 2026, nova hipótese de incidência sobre altas rendas, mediante a aplicação do imposto sobre a renda das pessoas físicas mínimo - IRPFM. Tal proposta é oriunda da observação da “progressão inversa” do imposto, quando considerada a alíquota efetiva de cada contribuinte, em que, quanto maior o rendimento do contribuinte, menor a tributação efetiva, tendo em vista as diversas deduções da base de cálculo e as isenções a que tem direito.

10. A introdução do art. 6º-A na Lei 9.250, de 1995, regulamenta a retenção na fonte do imposto sobre a renda das pessoas físicas mínimo - IRPFM com incidência mensal sobre lucros e dividendos pagos pela empresa a uma mesma pessoa física em valores superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) dentro do mesmo mês. Atualmente tais rendimentos são isentos do imposto sobre a renda. É importante esclarecer que essa tributação mensal é uma mera antecipação, podendo o beneficiário do rendimento ter a restituição do imposto na apuração anual da tributação de altas rendas.

11. A alíquota prevista no art. 6º A é de 10% (dez por cento) incidente sobre a totalidade dos lucros e dividendos quando distribuídos em valor mensal acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) pela pessoa jurídica para uma mesma pessoa física.

12. Já o art. 16-A da Lei nº 9.250, de 1995, regulamenta o imposto sobre a renda das pessoas

físicas mínimo - IRPFM incidente sobre a soma de todos os rendimentos, inclusive os tributados de forma exclusiva ou definitiva e os isentos, recebidos durante o ano-calendário, em montante superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

13. Para fins da fixação da alíquota do IRPFM relativa ao período anual, poderão ser excluídos da soma dos referidos rendimentos: (i) os ganhos de capital, exceto os decorrentes de operações realizadas em bolsa ou no mercado de balcão organizado sujeitas à tributação com base no ganho líquido no Brasil; (ii) os rendimentos recebidos acumuladamente tributados exclusivamente na fonte, de que trata o art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, desde que o contribuinte não tenha optado pelo ajuste anual de que trata o § 5º do referido artigo; e (iii) os valores recebidos por doação em adiantamento da legítima ou herança.

14. A alíquota do imposto sobre a renda das pessoas físicas mínimo - IRPFM será de: (i) 10 % (dez por cento) para rendimento bruto superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais); e (ii) crescente linearmente, de 0% (zero por cento) a 10% (dez por cento) para rendimento bruto entre R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), sendo calculada mediante a seguinte equação:

Alíquota % = (REND/60000) - 10, sendo REND a soma de todos os rendimentos, inclusive os tributados de forma exclusiva ou definitiva, e os isentos ou com alíquota zero ou reduzida, recebidos no ano-calendário, ressalvadas as deduções listadas no item 14.

15. O valor devido do IRPFM corresponde ao valor obtido pela multiplicação da alíquota pela base de cálculo, com a dedução: (i) do montante do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual, (ii) do imposto sobre a renda retido exclusivamente na fonte incidente sobre rendimentos incluídos na base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas mínimo - IRPFM, (iii) do imposto apurado com base nos arts. 1º a 13 da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023 (rendimentos de offshore), (iv) do imposto sobre a renda pago definitivamente, e (v) do redutor apurado nos termos do art. -16-B. Caso o resultado obtido seja negativo, o valor do IRPFM devido será zero.

16. Do IRPFM devido, calculado na forma do item 15, será deduzido o montante do imposto sobre a renda das pessoas físicas mínimo – IRPFM retido na fonte como antecipação relativo aos lucros e dividendos distribuídos à pessoa física e considerados na base de cálculo do IRPFM anual. O resultado, positivo ou negativo, será adicionado ao saldo do imposto a pagar ou restituir apurado na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da pessoa Física.

Tributação de lucros ou dividendos calculados, pagos, creditados, empregados ou remetidos ao exterior

17. As alterações efetuadas na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, tem por objetivo estabelecer a tributação na fonte à alíquota de 10% (dez por cento), incidente sobre os lucros ou dividendos calculados, pagos, empregados, creditados ou remetidos ao exterior.



Redutor ou Crédito decorrente da tributação de lucros e dividendos distribuídos no Brasil e Exterior

18. O objetivo do IRPFM é garantir uma tributação mínima sobre os rendimentos das pessoas físicas de alta renda. No entanto, se o lucro contábil – que é a base para a distribuição de lucros e dividendos – já tiver sido tributado na pessoa jurídica em percentual de carga tributária efetiva equivalente à soma das alíquotas nominais do imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), então propõe-se que não haja tributação adicional na pessoa física. Para tanto, propõe-se a introdução do art. 16-B na Lei 9.250, de 1995, o qual prevê a concessão de um redutor do imposto caso a soma da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL apurada com base no lucro contábil da pessoa jurídica com a alíquota efetiva do IRPFM aplicável à pessoa física beneficiária ultrapasse o percentual equivalente à soma das alíquotas do IRPJ e da CSLL aplicáveis à pessoa jurídica.

19. É importante destacar que o redutor previsto no art. 16-B é relevante para garantir que a tributação mínima de altas rendas não imponha uma carga tributária excessiva sobre os rendimentos de lucros e dividendos e, conseqüentemente, gerando uma distorção e desencorajando o investimento no País. Portanto, não se trata de um benefício fiscal, mas de uma trava sobre a tributação de altas rendas incidentes sobre lucros e dividendos distribuídos considerando a tributação de IRPJ e de CSLL efetivamente suportada pela pessoa jurídica na geração dos lucros ou dividendos distribuídos.

20. O art. 16-B também define como será calculada a alíquota efetiva do IRPFM sobre os dividendos, utilizada como parâmetro na apuração do valor do redutor. Este cálculo toma como base a diferença entre o valor devido de IRPFM com a inclusão dos lucros e dividendos em sua base de cálculo e o valor que seria devido de IRPFM caso os lucros e dividendos fossem excluídos de sua base de cálculo. A razão entre esta diferença e o montante de lucros e dividendos recebidos pela pessoa física corresponde à alíquota efetiva do IRPFM incidente sobre os lucros distribuídos.

21. Mediante a inclusão do art. 10-A na Lei 9.249, de 1995, prevê-se que, caso a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica domiciliada no Brasil com a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente na distribuição dos lucros e dividendos, o Poder Executivo também concederá crédito à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, que tenha recebido lucros e dividendos tributados na fonte no Brasil, conforme detalhado no item 18. O crédito, neste caso, será calculado de forma semelhante ao redutor previsto para o IRPFM, com a utilização do percentual de 10%.

22. Novamente, como explicado no item 19, trata-se de imposição de limite sobre a carga tributária incidente sobre lucros e dividendos remetidos ao exterior, garantindo que não haja tributação excessiva sobre esses rendimentos e, conseqüentemente, distorção e desencorajamento do investimento no Brasil.

23. Com esse modelo garante-se que, com a concessão do redutor ou do crédito, em nenhuma hipótese a soma dos tributos sobre o lucro cobrados na pessoa jurídica e os tributos cobrados sobre os lucros e dividendos distribuídos à pessoa física (na forma do IRPFM) ou ao exterior ultrapassarão percentual do lucro contábil da pessoa jurídica equivalente à soma das alíquotas do IRPJ e da CSLL.

Normas de Responsabilidade Fiscal

24. A redução do imposto devido, instituído para vigor de janeiro do ano-calendário de 2026, representa uma redução de tributo de caráter não geral, e, portanto, se enquadrada como renúncia de receita nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com isso, a medida deve atender ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Estudo elaborado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil estima uma renúncia de receitas, em 2026, de R\$ 25,84 bilhões (vinte e cinco bilhões e oitocentos e quarenta milhões de reais), em 2027, de R\$ 27,72 bilhões (vinte e sete bilhões e setecentos e vinte milhões de reais), e em 2028, de R\$ 29,68 (vinte e nove bilhões e seiscentos e oitenta milhões de reais).

25. De acordo com o estudo elaborado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, o impacto fiscal do redutor previsto no art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, e do crédito previsto no art. 10-A da lei nº 9.249, de 1995, não foi estimado já que tais estudos dependem de especificações e informações que somente serão conhecidas quando da elaboração do ato regulamentador do Poder Executivo. De qualquer sorte, como são elementos redutores de uma tributação que está sendo instituída e não instrumentos isolados de redução/renúncia de receita pública, é inaplicável ao redutor do IRPFM e ao crédito previstos na presente proposição legislativa o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os arts. 129 e 132 da Lei nº 15.080, de 2024 (LDO 2025).

26. Para fins de cumprimento do disposto no art. 129 da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, Lei de Diretrizes Orçamentária/LDO-2025, e do art. 14 da LRF, as renúncias de receita serão compensadas pela instituição da nova hipótese de incidência sobre altas rendas e a tributação dos lucros e dividendos remetidos ao exterior. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil estima que estas medidas resultem na arrecadação dos seguintes valores, em bilhões de reais:

Medidas	2026	2027	2028
Imposto mínimo da Pessoa Física	25,22	29,49	29,83
Dividendos para o Exterior	8,9	9,69	9,81
Total	34,12	39,18	39,64

27. Em cumprimento ao disposto no art. 139, incisos II e III, da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, Lei de Diretrizes Orçamentária/LDO-2025, cabe informar que a medida:

i) tem como meta e objetivo tornar a tributação sobre a renda das pessoas naturais mais



isonômica e aderente ao princípio da progressividade conforme a capacidade econômica do contribuinte, dentro do arcabouço legal modificado pela presente proposta legislativa; e

ii) será acompanhada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda e avaliada anualmente no âmbito do Relatório sobre a Distribuição da Renda e da Riqueza da População Brasileira a partir de dados a serem disponibilizados pela Receita Federal do Brasil.

28. A diferença de receita decorrente das medidas previstas no item 26 não utilizada na compensação da medida de redução do imposto devido será utilizado na neutralização do impacto fiscal negativo decorrente do redutor previsto no art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, e do crédito previsto no art. 10-A da Lei nº 9.249, de 1995, isso com o intuito de manter o equilíbrio fiscal, já que como dito no item 25, as regras fiscais lá indicadas são inaplicáveis ao caso.

Regime de Urgência Constitucional

29. Com relação à relevância e urgência, cabe destacar que a medida ora proposta impacta positivamente a renda disponível das famílias e aumenta sua capacidade de consumo, especialmente em decorrência do afastamento da incidência do imposto sobre a renda das pessoas físicas sobre rendas mais baixas e da redução do imposto devido para contribuintes com rendimentos tributáveis entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

30. Ante o exposto, submete-se à deliberação o pedido de que haja a solicitação de urgência para tramitação do Projeto de Lei, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal.

31. Essas, Senhor Presidente, são as razões que justificam a elaboração do Projeto de Lei ora submetido a sua apreciação.

Respeitosamente,



Assinado por: Fernando Haddad

Apresentação: 18/03/2025 20:37:50.280 - Mesa

PL n.1087/2025

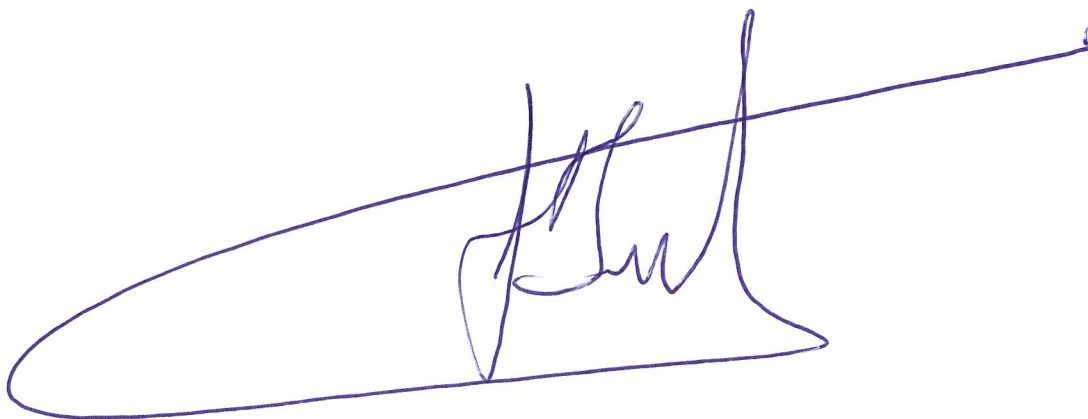


MENSAGEM Nº 299

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.”.

Brasília, 18 de março de 2025.




**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9250-26-dezembro-1995-362566-norma-pl.html
LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1988/lei-7713-22-dezembro-1988-372153-norma-pl.html
LEI Nº 14.754, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-14754-12-dezembro-2023-795058-norma-pl.html
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2001/leicomplementar-105-10janeiro-2001-355754-norma-pl.html
LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9249-26-dezembro-1995-349062-norma-pl.html

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.087, DE 2025

PROJETO DE LEI Nº 1.087, DE 2025

Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado ARTHUR LIRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, de autoria do Poder Executivo Federal promove alterações na legislação do imposto sobre a renda, para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

O projeto conta com quatro artigos.

O **art. 1º** modifica a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que versa sobre a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, de modo a incluir os arts. 3º-A, 6º-A, 11-A, 16-A e 16-B, e a alterar os arts. 10, 12 e 13.

Os arts. 3º-A, 10, 12, 13 e 11-A dispõem sobre a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual.

Conforme o art. 3º-A, a partir de janeiro do ano-calendário de 2026, será concedida redução do imposto incidente sobre rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal do IRPF, seguindo duas faixas:



1. para contribuintes com rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste mensal de até R\$5.000,00, haverá redução de até R\$312,89, de modo que o imposto devido seja zero;
2. para contribuintes com rendimentos entre R\$5.000,01 e R\$7.000,00, aplicar-se-á uma fórmula específica: $[1.095,11 - (0,156445 \times \text{rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal})]$, de modo que a redução do imposto seja decrescente linearmente até zerar para rendimentos a partir de R\$ 7.000,00.

Na forma do § 1º do artigo, a redução fica limitada ao valor do imposto determinado pela tabela progressiva mensal e pelo art. 4º da mesma lei, para impedir que a redução gere valores negativos de imposto. O § 2º explicita que contribuintes com rendimentos tributáveis sujeitos mensais superior a R\$7.000,00 não farão jus a qualquer redução no imposto.

Já o § 3º designa a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda como órgão gestor responsável pelo acompanhamento e avaliação do benefício tributário quanto à consecução de suas metas e objetivos, a fim de cumprir o disposto no art. 139, III, da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025)¹. O § 4º estende a aplicação da redução ao cálculo do imposto retido exclusivamente na fonte no pagamento do décimo terceiro salário.

O art. 10 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, trata da opção do contribuinte, na Declaração de Ajuste Anual, pelo desconto simplificado de 20% sobre os rendimentos tributáveis, substituindo todas as deduções legais. Esse desconto é limitado a R\$ 16.754,34 desde o ano-calendário de 2015. A proposição busca alterar esse valor para R\$ 16.800,00 a partir do ano-calendário de 2026.

O art. 11-A trata da redução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas anual (IRPF anual). Consoante o *caput*, a partir do exercício de 2027, referente ao ano-calendário de 2026, será implementada uma

¹ Art. 139. As proposições legislativas que concedam, renovem ou ampliem benefícios tributários deverão:

III - designar órgão responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do benefício quanto à consecução das metas e dos objetivos estabelecidos.



redução do IRPF anual sobre os rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual. Para contribuintes com rendimentos até R\$ 60.000,00, a redução será de até R\$ 2.694,15, resultando em imposto zero. Já para aqueles com rendimentos entre R\$ 60.000,01 e R\$ 84.000,00, a redução seguirá a fórmula: “9.429,52 - (0,1122562 x rendimentos tributáveis)”, diminuindo linearmente até zerar.

De forma similar à redução do imposto mensal, pelo § 1º, o valor da redução será limitado ao montante do imposto calculado conforme a tabela progressiva anual vigente. O § 2º dispõe que contribuintes com rendimentos tributáveis superiores a R\$ 84.000,00 não terão direito a qualquer redução no imposto devido. A alteração do art. 12 realiza um ajuste na redação legislativa do dispositivo, pois a atual redação do artigo menciona "na forma do artigo anterior" e, com a inserção do novo art. 11-A, essa referência ficaria incoerente.

Os arts. 6º-A, 16-A e 16-B da Lei nº 9.250/1995 dispõem sobre o imposto sobre a renda das pessoas físicas mínimo – IRPFM.

De acordo com o art. 6º-A, os lucros e dividendos pagos, creditados, empregados ou entregues por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil em montante superior a R\$ 50.000,00 em um mesmo mês ficam sujeitos à retenção do IRPFM na fonte sobre a totalidade do valor, à alíquota de 10%, sendo vedadas quaisquer deduções dessa base de cálculo. Em caso de mais de uma distribuição no mês, o valor retido deve ser recalculado, de modo a considerar o total dos valores distribuídos. Registre-se que, nos termos do § 6º do art. 16-A, o imposto retido é considerado antecipação do IRPFM devido ao fim do exercício.

O art. 16-A, por sua vez, sujeita ao IRPFM a pessoa física que receber, no ano-calendário, rendimentos em valor superior a R\$ 600.000,00. O IRPFM é apurado por ocasião do ajuste anual do imposto sobre a renda, tendo o seu saldo adicionado ao valor apurado na declaração de ajuste anual.

Na forma do § 1º do artigo, para efeito de enquadramento no IRPFM, será considerada a totalidade dos rendimentos auferidos, incluídos os tributados de forma exclusiva ou definitiva e os isentos ou sujeitos à alíquota



zero ou reduzida. São excluídos apenas os ganhos de capital não decorrentes de operações em bolsa ou no mercado de balcão organizado, os rendimentos recebidos acumuladamente tributados exclusivamente na fonte e os valores recebidos por doação em adiantamento da legítima ou herança.

O § 2º do artigo prevê a graduação das alíquotas do IRPFM de modo proporcional ao valor dos rendimentos apurados na forma do § 1º, até o limite de 10%. Assim, quando o valor dos rendimentos for igual ou superior a R\$ 1.200.000,00, a alíquota será de 10%. No caso de rendimentos inferiores a esse valor, ela será apurada pela fórmula “(REND/60000) - 10”, onde REND corresponde ao valor dos rendimentos apurados nos termos do §1º.

De acordo com o § 3º, a base de cálculo do IRPFM corresponderá à totalidade dos rendimentos percebidos no ano-calendário, com exclusão apenas dos referidos no § 1º e dos seguintes: (i) rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança; (ii) indenizações por acidente de trabalho, por danos materiais ou morais, ressalvados os lucros cessantes; (iii) rendimentos isentos, referentes a aposentadoria, reforma e pensão decorrentes de acidente de serviço ou doenças graves; (iv) rendimentos de títulos e valores mobiliários isentos ou sujeitos à alíquota zero do imposto sobre a renda, exceto os rendimentos de ações e demais participações societárias.

Na forma do § 4º, o valor devido a título de IRPFM será obtido pela multiplicação da alíquota determinada nos termos do § 2º pela base de cálculo referida no § 3º, com dedução do redutor de imposto previsto no art. 16-B da referida lei e do imposto sobre a renda já apurado sobre os rendimentos que integram a base tributável, isto é:

- (a) o imposto sobre a renda devido na declaração anual;
- (b) o imposto de renda retido na fonte incidente sobre os rendimentos incluídos na base de cálculo do IRPFM;
- (c) o imposto sobre a renda das pessoas físicas incidente sobre os rendimentos do capital aplicado no exterior; e
- (d) o imposto sobre a renda pago definitivamente referente aos demais rendimentos computados na base de cálculo do IRPFM.



Dessa forma, caso haja saldo positivo após a dedução do imposto de renda apurado sob as demais modalidades de incidência, haverá IRPFM a pagar. Por outro lado, na forma do § 5º, caso o valor do imposto apurado seja negativo, o montante devido corresponderá a zero.

De acordo com os §§ 6º e 7º, o montante do IRPFM antecipado na forma do art. 6º-A será deduzido do IRPFM devido, e o saldo final, positivo ou negativo, será adicionado ao do imposto, a pagar ou a restituir, apurado na declaração de ajuste anual.

O art. 16-B prevê a concessão de redutor do IRPFM, calculado sobre os lucros e dividendos percebidos pela pessoa física, caso o somatório entre a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica que os distribuiu e a alíquota efetiva do IRPFM aplicável à pessoa física beneficiária seja superior à soma das alíquotas nominais do IRPJ e da CSLL.

De acordo com o § 1º, a soma das alíquotas nominais mencionadas corresponde a 34% para a generalidade das pessoas jurídicas, a 45% para os bancos de qualquer espécie e a 40% para as demais instituições financeiras.

Na forma do § 2º, o valor do redutor será apurado mediante multiplicação (a) do montante dos lucros e dividendos pagos, creditados, empregados ou entregues à pessoa física pela pessoa jurídica (b) pela diferença entre (b.1) a soma das alíquotas efetivas referentes à tributação dos lucros da pessoa jurídica e ao IRPFM da pessoa física e (b.2) a soma das alíquotas nominais do IRPJ e da CSLL, referida no § 1º.

Para esse efeito, o § 3º dispõe que a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica corresponderá à razão, no exercício a que se referem os lucros e dividendos distribuídos, entre o valor devido do IRPJ e da CSLL da pessoa jurídica e o seu lucro contábil, entendido como o resultado do exercício antes dos tributos sobre a renda e das respectivas provisões.

A alíquota efetiva do IRPFM, por sua vez, corresponderá à razão entre (a) o acréscimo do valor devido do IRPFM resultante da inclusão



dos lucros e dividendos na sua base de cálculo e (b) o montante dos lucros e dividendos recebidos pela pessoa física no ano-calendário.

O § 4º condiciona a concessão do redutor à apresentação das demonstrações financeiras da pessoa jurídica que distribuiu os lucros ou dividendos de acordo com a legislação societária e as normas contábeis em vigor, na forma do regulamento.

O § 5º possibilita que o cálculo da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica seja realizado com base nas demonstrações financeiras da fonte pagadora, delegando ao regulamento o tratamento da questão.

O § 6º permite que as empresas não sujeitas à tributação pelo lucro real optem por cálculo simplificado do lucro contábil, o qual será obtido a partir do valor do faturamento da empresa, com dedução de despesas como folha de salários, aquisições de mercadorias, matérias-primas e embalagens, aluguéis, financiamentos e depreciação de equipamentos.

O § 7º possibilita que a Receita Federal do Brasil realize o cálculo do valor do redutor do IRPFM na declaração pré-preenchida do IRPF.

O Projeto também ajusta o art. 13 da Lei nº 9.250/1995, para mencionar a integração do IRPFM à declaração de ajuste anual.

O **art. 2º** do Projeto promove alterações na Lei nº 9.249/1995, de modo a modificar seu art. 10 e incluir o art. 10-A.

O art. 10 tem seu *caput* alterado, de modo a limitar a isenção de lucros e dividendos do imposto de renda aos beneficiários domiciliados no País e a ressaltar da isenção a incidência do IRPFM. Ademais, é incluído § 4º, de modo a sujeitar ao imposto sobre a renda, à alíquota de 10%, os lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior.

O art. 10-A, por sua vez, prevê a concessão ao beneficiário de lucros e dividendos residente ou domiciliado no exterior de crédito correspondente à diferença entre (a) a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica responsável pela distribuição de dividendos, acrescida de 10



pontos percentuais; e (b) as alíquotas nominais referidas no art. 16-B, § 1º, da Lei nº 9.250/1995.

Na forma de seu § 2º, o crédito poderá ser pleiteado no prazo de 360 dias do encerramento de cada exercício.

O **art. 3º** do Projeto revoga o art. 11 da Lei nº 9.250/1995, que dispõe sobre as alíquotas do imposto aplicáveis à incidência anual. A medida, porém, não modifica a legislação vigente sobre o tema, o qual atualmente se encontra tratado no art. 1º da Lei nº 11.482/2007.

O **art. 4º** do Projeto dispõe sobre a vigência das regras propostas, que iniciará em 1º de janeiro de 2026.

Na exposição de motivos adotada como justificação do Projeto, o Ministro da Fazenda Fernando Haddad sustenta que o sistema tributário brasileiro é caracterizado pela baixa progressividade, decorrente de distorções e privilégios, como, por exemplo, a isenção de lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, os benefícios em regimes especiais de tributação e as brechas existentes no regime do Lucro Real.

Relativamente às modificações no regime de apuração do IRPF, o Ministro explica que o Projeto busca reduzir a zero o imposto devido sobre rendimentos tributáveis de contribuintes com renda mensal de até R\$5.000,00, bem como estabelecer redução decrescente do imposto para rendimentos mensais entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.000,00.

O Ministro prossegue detalhando o IRPFM, destacando que o seu objetivo seria garantir uma tributação mínima sobre os rendimentos das pessoas físicas de alta renda. Afirma ainda que o redutor criado pelo projeto busca evitar a imposição de uma carga tributária excessiva sobre os rendimentos de lucros e dividendos, o que desencorajaria o investimento no País.

No tocante às normas de responsabilidade fiscal, a justificação do projeto aponta que a renúncia fiscal estimada (R\$ 25,84 bilhões em 2026) será compensada pela arrecadação do imposto mínimo sobre altas rendas e tributação de dividendos enviados ao exterior (R\$ 34,12 bilhões no mesmo ano). Apresenta ainda projeções para 2027 (renúncia de R\$ 27,72 bilhões



contra arrecadação de R\$ 39,18 bilhões) e 2028 (renúncia de R\$ 29,68 bilhões contra arrecadação de R\$ 39,64 bilhões).

O Projeto foi apresentado sob o regime de urgência previsto no art. 64, § 1º, da Constituição Federal. Contudo, por meio da Mensagem nº 520/2025, o Poder Executivo requereu o cancelamento da urgência constitucional, e a proposição passou a tratar sob o regime de prioridade.

O Projeto foi distribuído às Comissões de Trabalho; Administração e Serviço Público; Desenvolvimento Econômico; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania. Contudo, em razão da distribuição a mais de quatro comissões de mérito, foi determinada a criação desta Comissão Especial, conforme o inciso II do art. 34 do RICD.

No âmbito desta Comissão, foram realizadas quatro audiências públicas.

Participaram da audiência pública de 20/05/2027, como expositores, o Dr. Marcos Barbosa Pinto, Secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, o Dr. Sérgio Wulff Gobetti, Pesquisador Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o Dr. Gustavo André Muller Brigagão, Presidente do Centro de Estudos das Sociedades Advogados – CESA e o Dr. Guilherme Klein Martins, Professor de Economia da University of Leeds – UK.

O **Dr. Marcos Pinto** afirmou que o projeto busca redistribuir a carga tributária, tornando o sistema mais progressivo. Esclareceu que a tributação da renda no Brasil é regressiva, pois os rendimentos do trabalho assalariado, que compõem a principal fonte de renda da população mais pobre, são tributados sob alíquotas mais altas do que os rendimentos de capital, especialmente lucros e dividendos, que são isentos. Por essa razão a oneração dos rendimentos isentos rendimentos seria uma medida mais eficiente do que a criação de nova faixa de renda.

Afirmou que, embora as alíquotas nominais do imposto de renda da pessoa jurídica sejam elevadas, as alíquotas efetivas médias são de cerca de 16,5%, sendo de 30,7% para instituições financeiras, 22,4% para as demais empresas do lucro real, 11% para empresas do lucro presumido e 6,4% para empresas do Simples Nacional. Esclareceu ainda que os países da



OCDE cumulam a tributação da pessoa jurídica com a dos dividendos distribuídos.

Esclareceu que a correção integral da tabela teria um custo de mais de R\$ 100 bilhões e que o projeto, a um custo de R\$ 25 bilhões, beneficia 14 milhões de pessoas e onera apenas 141 mil.

O **Dr. Gustavo Brigagão** sustentou que as medidas de desoneração do imposto sobre a renda são benéficas, mas enfrentam dificuldades orçamentárias. A tributação mínima proposta, por outro lado, corresponderia a uma forma de tributação de dividendos, a qual foi substituída na década de 1990 pela concentração da tributação sobre a pessoa jurídica, com ganhos arrecadatários. Esclareceu que, no âmbito do PL nº 2.337/2021, a tributação de dividendos recebeu a oposição de instituições representativas de todos os setores da economia.

Sustentou, outrossim, que essa medida (i) desestimula investimentos, os quais seriam feitos no pressuposto de que a renda seria tributada uma única vez; (ii) seria complexa, em razão da necessidade de apuração das alíquotas efetivas da pessoa física e da pessoa jurídica para saber o valor exato da tributação e das dificuldades para que o estrangeiro faça jus ao crédito previsto no projeto; (iii) acarretaria a volta da necessidade de apuração da distribuição disfarçada de lucros, a qual geraria muito contencioso tributário; (iv) geraria o *lock-in effect*, no qual a pessoa jurídica retém lucros, em detrimento do investidor; (v) colaboraria para a informalidade.

Por fim, mencionou ser necessário dar tratamento diferenciado aos lucros acumulados antes da tributação dos dividendos; esclareceu que as alíquotas efetivas do IRPJ são reduzidas em razão da fruição legítima de benefícios fiscais; sugeriu que o redutor do imposto adote como parâmetro a alíquota máxima de 27,5% aplicável à pessoa física, e não a de 34%, por tratar-se de comparação entre pessoas físicas e porque as sociedades profissionais geralmente são tributadas pelo sistema das *partnerships*, na qual o rendimento auferido por meio da pessoa jurídica é tributado diretamente na pessoa física. Propôs ainda a substituição da medida de compensação prevista no projeto pela redução de despesas e de benefícios fiscais.



O **Dr. Guilherme Klein** sustentou que o Brasil é uma das nações mais desiguais do mundo, sendo o 13º pior país em concentração de renda. Esclareceu que, em países desenvolvidos, como Portugal, França, Bélgica e Países Baixos, o 1% mais rico se apropria de cerca de 5% a 6% da renda nacional; no caso de países em desenvolvimento, como Polônia, Nigéria e Argentina, o 1% mais rico se apropria de cerca de 11% a 12% da renda nacional; e, no Brasil, o 1% mais rico acumula 21% da renda do País. Afirmou que a tributação tem um papel central na redução da desigualdade, a qual, de acordo com o FMI, banco mundial e OCDE é fundamental para o crescimento econômico.

Afirmou que, no Brasil, a alíquota efetiva do imposto cresce até o penúltimo centil de distribuição de renda, mas, no último centil, ela decresce significativamente conforme o aumento da renda. O PL 1.087/2025 buscaria alterar esse quadro, reduzindo em 0,32% o índice de gini, que mede a desigualdade de renda. Esclareceu que, na prática, apenas os 0,3% mais ricos, que possuem renda mensal média maior que R\$ 86 mil, sofrerão aumento de tributação.

Por fim, sustentou que a melhor forma de concretizar a progressividade seria sujeitar as faixas de renda mais elevadas à maior alíquota efetiva verificada, de 11,3%, que ocorreria na faixa de renda de R\$ 25 mil a R\$ 39 mil.

O **Dr. Sérgio Wulff Gobetti** sustentou que o modelo de isenção de lucros e dividendos está ultrapassado e que, em todo o mundo, os lucros são tributados na empresa e novamente quando distribuídos às pessoas físicas, apesar das complexidades inerentes ao modelo. A soma das incidências variaria de 20%, nos países do Leste Europeu, a mais de 50%, nas economias mais avançadas, com uma média de 42% na OCDE. Esclareceu que, no Brasil, a distribuição de dividendos chegou a R\$ 1 trilhão em 2023, sendo 47% do valor embolsado pelo 0,1% mais rico. Com uma tributação de 10% dos dividendos, a tributação agregada no País seria de 40,6%.

Mencionou que as alíquotas efetivas do imposto sobre a renda são muito inferiores às nominais, em razão de benefícios fiscais e brechas na



legislação. Dividindo-se a receita do IRPJ e da CSLL pelo excedente operacional bruto, apurado pelo IBGE, encontra-se 16%, muito semelhante às alíquotas efetivas médias mencionadas pelo Dr. Marcos Pinto. A tributação efetiva sobre as pessoas físicas, considerando o IRPJ pago pelas pessoas jurídicas chega a um máximo de 14,2% para pessoas com renda em torno de R\$ 40 mil mensais, e, acima disso, cai para 13%, sendo de 4,5%, caso considerado apenas o IRPF.

Relativamente ao IRPFM, esclareceu que a medida busca amenizar a falta de progressividade tributária no topo da pirâmide social e que o redutor de 34% colabora para reduzir as assimetrias de tributação do lucro no nível. A complexidade do modelo seria mitigada pela existência de declarações pré-preenchidas. Ao todo, há cerca de 450 mil contribuintes com renda superior a R\$ 600 mil anuais, do qual apenas um terço deve ser afetado pelo imposto mínimo. Os atingidos são pessoas que pagam, em média, 2,6% de imposto sobre a renda, e, dos R\$ 26 bilhões previstos para arrecadar, mais de 90% serão pagos por quem ganha mais de R\$ 1,2 milhão anuais. Ademais, menos de 1% dos empresários do simples (que concentram 23% do lucro das empresas do regime) seriam atingidos.

Participaram da audiência pública de 20/05/2027 o Dr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, e o Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

O **Dr. Robinson Sakiyama Barreirinhas** sustentou que o sistema atual é injusto, com pessoas de alta renda pagando alíquota efetiva cerca de aproximadamente 2,5%, enquanto trabalhadores pagam cerca de 9% de imposto de renda. Explicou que 70% da renda da população brasileira provém do trabalho, mas 80% da renda dos contribuintes de alta renda concentra-se em rendimentos isentos. Justificou a medida como correção de distorções causadas pela ausência de atualização da tabela do IR entre 2015 e 2022, fazendo com que pessoas isentas passassem a ser tributadas não por ganho real, mas pelo efeito inflacionário.



Afirmou que o projeto propõe isentar quem ganha até R\$ 5.000 e conceder redução parcial para quem ganha entre R\$ 5.000 e R\$ 7.000, totalizando cerca de 16 milhões de brasileiros contemplados. Esclareceu que a tributação mínima não é um novo imposto ou um imposto sobre dividendos, mas uma exigência de que pessoas com renda acima de R\$ 600 mil anuais, com alíquota escalonada que inicia em zero e atinge 10% apenas para quem ultrapassa R\$ 1,2 milhão.

Em relação ao impacto federativo, reconheceu perdas de retenção na fonte de R\$ 3 bilhões para municípios e R\$ 1,5 bilhão para estados, mas argumentou que de 2015 a 2022 houve ganhos para esses entes pela não correção da tabela. Concluiu demonstrando que a maioria dos brasileiros que recebem dividendos não serão atingidos pelo IRPFM.

O **Dr. Paulo Ziulkoski** iniciou afirmando que a redução do IR para rendas de até R\$ 7.000 aumentará a arrecadação de tributos, mas principalmente dos estados e da União, e menos dos municípios. Afirmou que a redução trará impacto sobre a arrecadação dos municípios, sobretudo os de pequeno porte, cuja principal receita advém do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Defendeu uma compensação direta por meio do aumento de 0,5 ponto percentual no FPM. Em seguida, destacou que 40% dos servidores municipais se beneficiarão da isenção e apresentou estimativa de perda dos municípios de R\$ 9 bilhões, dividida entre R\$ 4,9 bilhões de arrecadação própria e R\$ 4,6 bilhões de FPM. Mesmo com as compensações propostas no projeto, cerca de 1.700 municípios podem perder arrecadação, sendo a maioria municípios de pequeno porte com até 50.000 habitantes. Ao final, concluiu que a CNM defende a compensação para todos os municípios.

Participaram da audiência pública de 10/06/2027, como expositores, o Dr. Mário Sérgio Carraro Telles, Diretor Adjunto de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação Confederação Nacional da Indústria – CNI, o Dr. Gilberto Alvarenga, Consultor Tributário da Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo – CNC, a Dra. Luíza Nassif Pires Professora do Instituto de Economia da Unicamp Instituto de Economia da Unicamp e o Dr. Pedro Humberto Carvalho, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.



A **Dra. Luíza Nassif Pires** sustentou que os dados da *World Inequality Database* colocam o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo: a população 1% mais rica do País detém 23,6% da renda total, 8% da qual é formada por salários e benefícios sociais, e mais de 70% por rendimentos do capital. Ademais, os 50% mais pobres têm 9,1% da renda total, e o 0,1% mais ricos, por sua vez, tem participação de 11,9% sobre a renda total, de modo que 200 mil pessoas fazem jus um “pedaço do bolo” maior do que o de 105 milhões de pessoas.

Esclareceu ainda que a desigualdade tem um componente racial e de gênero, pois o 1% mais rico é composto de 57% de homens brancos, e o 0,1% mais rico é composto por 69% de homens brancos. Em relação às pessoas negras, haveria uma progressividade, porque os rendimentos subtributados, como os lucros e dividendos, estão concentrados nas mãos de um público específico, quadro que fere a progressividade vertical e a equidade horizontal.

Afirmou que a tributação no Brasil tem o efeito de tornar a distribuição da renda mais desigual, e mencionou que o Índice Gini apurado após a tributação é superior ao índice apurado antes da tributação. Afirmou que o impacto dos gastos do Estado sobre o esse índice (incluindo gastos tributários e benefícios sociais) é pouco em comparação com os demais países.

Concluiu que o projeto reduz a regressividade do sistema tributário, atingindo um grupo composto de 80% de pessoas brancas, de 66% da região Sudeste e formado 84% por homens. Contudo, o Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (Made) propõe transformar a regressividade no topo em progressividade, por meio de uma elevação da alíquota média no último centil de distribuição da renda que inicie em 11,3%, chegando a 15%, ao final.

O **Dr. Mário Sérgio Carraro Telles** sustentou que a correção da tabela do IRPF é justa, por corrigir defasagem histórica. Esclareceu que a



faixa de isenção em 1996 era de R\$ 900,00, valor que, atualizado pelo IPCA, corresponderia a R\$ 5.263,45.

Quanto à medida de compensação, contudo, afirmou que, tributar a distribuição de lucros e dividendos sem simultaneamente reduzir a alíquota do IRPJ e da CSLL implicaria aumento da tributação da renda do capital. Esclareceu que a CNI apoia a isenção, mas sugere, como formas de compensação alternativas (i) a criação da CIDE-Bets, incidente sobre as transferências feitas para as plataformas virtuais, à alíquota de 15%, no momento da transferência dos recursos pelo apostador, com arrecadação estimada em R\$ 25,2 bilhões; e (ii) a implementação sistema de retenção do IRRF sobre transações digitais realizadas diretamente entre Techs situadas no exterior e pessoas físicas localizadas no Brasil, à alíquota de 15%, com estimativa de arrecadação de R\$ 4,2 bilhões.

Propôs ainda que o IRPFM seja substituído pela tributação de lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, à alíquota de 15%, e a redução das alíquotas de IRPJ/CSLL, de 34% para 23%, medida que geraria incremento de R\$ 78 bilhões por ano em reinvestimento, equivalente a um aumento de 4,3% na Formação Bruta de Capital Fixo. Pontuou que, na OCDE, a alíquota nominal média do IRPJ é 23,7%. Mencionou ainda que a tributação das remessas de lucros e dividendos ao exterior desestimula o investimento estrangeiros, e que as empresas domiciliadas no exterior teriam dificuldade de aproveitamento nos créditos concedidos decorrentes dos dividendos a serem pagos no Brasil.

O **Dr. Gilberto Alvarenga**, sustentou que a proposta é complexa e pode não surtir o efeito esperado, gerando informalidade e um acréscimo de tributação sobre as pequenas e médias empresas. Esclareceu que o Brasil tributa a renda em 3 pontos percentuais a menos do que a OCDE, mas tributa em 3 pontos percentuais a mais do que o restante da América Latina e do que o Caribe.

Afirmou que o objetivo do imposto mínimo é tributar dividendos, medida que onera investimentos e induz litigiosidade sobre a distribuição disfarçada de lucros. Esclareceu que, em 1996, o contraponto da isenção dos



dividendos foi a majoração do IRPJ, razão pela qual, nos moldes do PL nº 2.337/2021 deveria ser reduzida a tributação sobre a pessoa jurídica. Afirmou que a atualização do limite de R\$ 50 mil deve ser automática, sob pena de também alcançar as menores rendas.

Sugeriu, como medidas de compensação, a tributação das bets, as quais têm caráter nocivo à sociedade e geralmente não estão situadas no Brasil, e uma tributação das importações que equalize a carga tributária entre a mercadoria importada obtida de empresa brasileira revendedora e a obtida por importação direta.

O **Dr. Pedro Humberto Carvalho** sustentou que, apesar de a carga tributária do Brasil ser alta em comparação com países latino-americanos, o Brasil possui um sistema de previdência social e saúde universal. Esclareceu que a arrecadação do IRPF é cerca de 3% do PIB, enquanto, em países de alta renda da OCDE, é cerca de 8,5% do PIB. Citou estudo indicando que as alíquotas efetivas do IRPJ/CSLL no lucro real são similares às verificadas nos Estados Unidos e em países europeus. Mencionou que a tributação nominal agregada sobre a pessoa jurídica e sobre os dividendos é muito inferior à dos países da OCDE.

Após discorrer sobre a regressividade da tributação da renda no País, esclareceu que, até o centil 98 dos dados sobre a renda, predominam os salários e aposentadorias como principal fonte de rendimento. Nos dois últimos centis, predominam lucros, dividendos e bônus de ações.

Sugeriu três abordagens para aumentar a tributação sobre os mais ricos: (i) a taxação na fonte dos dividendos, a qual atenuaria a regressividade do imposto, mas poderia redirecionar capital para outros veículos ainda isentos; (ii) a implementação do IGF, o qual teria apoio popular, mas, possui um número pequeno de contribuintes e um grande rol de desonerações, gerando baixa arrecadação, dificuldade de avaliação bens e de liquidez para pagamento, além de estimular a mudança de domicílio fiscal de milionários; ou (iii) um IRPF mínimo de 14%, o qual reduziria a regressividade do sistema, mas possui uma administração mais complexa e também estimula alterações de domicílio fiscal.



Apresentou ainda as seguintes sugestões: (i) substituir a retenção de lucros e dividendos sobre a totalidade do valor pela aplicação da tabela do IRPF Mínimo sobre o que exceder a R\$ 50 mil; (ii) prever que todas as rendas isentas e benefícios salariais indiretos formam a base de cálculo do IRPFM; (iii) limitar o valor das despesas médicas dedutíveis e conceder crédito tributário fixo de acordo com a idade do contribuinte e de seus dependentes; (v) limitar a dedução de 12% referente a planos de previdência para a renda de até R\$ 50 mil, com tributação no momento da herança mesmo sem o resgate, e introduzir um come-cotas nos fundos de pensão, mas sem tributação no resgate; (v) limitar o valor da isenção referente à aplicação dos recursos da compra de novo imóvel no prazo de 180 dias após a venda do anterior; (vi) unificação da tributação de aluguéis recebidos por pessoas físicas, jurídicas e fundos imobiliários em 15%; (vii) tributar os valores distribuídos por FII e Fiagro; (ix) tributar em 15% os rendimentos dos fundos exclusivos para não residentes; (x) criar uma tributação de saída para o caso de mudança de domicílio fiscal.

Participaram da audiência pública de 17/06/2027, como expositores, a Dra. Élide Graziane Pinto, Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo - MPCSP e Professora da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP, o Dr. Leonardo Aguirra De Andrade, Professor do Instituto Brasileiro de Direito Tributário, e a Dra. Michele Roncálio, Presidente Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF.

Em sua exposição, a **Dra. Élide Graziane Pinto** esclareceu que o art. 6º-A Da Lei Complementar nº 200/2023, introduzido pela Lei Complementar nº 21/2024 prevê que, em caso de apuração de déficit primário do Governo Central, apurado pelo Banco Central, a partir do exercício de 2025, fica vedada, no exercício subsequente ao da apuração, e até a constatação de superávit primário anual, a promulgação de lei que conceda, amplie ou prorrogue incentivo ou benefício de natureza tributária. Nesse contexto, a apuração de déficit primário poderia comprometer os objetivos do PL nº 1.087/2025.

Por outro lado, defendeu que, na forma do art. 14, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se por renúncia fiscal a alteração que



promova redução discriminada de tributos e benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. Tal critério compreenderia as alterações propostas no projeto, mas não abrangeria a correção integral da tabela do IRPF, a qual corresponderia a uma alteração de caráter geral e indiscriminado. Assim, a atualização da tabela seria uma medida preferível, embora mais onerosa.

Mencionou, por fim, a existência de R\$ 646,6 bilhões anuais em renúncias fiscais, o correspondente a 5,96% do PIB, o que feriria a previsão da Emenda Constitucional nº 109/2021, de que deveriam ser reduzidas a 2% do PIB.

Em sua exposição, o Dr. Leonardo Aguirra De Andrade sustentou que o Projeto de Lei nº 1.087/2025 não é uma reforma global da renda, mas um mecanismo para dar maior efetividade ao princípio da progressividade, por meio de uma exigência do imposto sobre quem possui altas rendas, quanto essas estiverem sendo subtributadas. Por outro lado, esclareceu que a desoneração dos valores que compõem a nova faixa de isenção atende aos princípios da progressividade e da capacidade contributiva.

Em complemento, como pontos de aprimoramento, apresentou as seguintes sugestões: (i) como o IRPFM tributar a renda de pessoas físicas, a soma de alíquotas efetivas a ser considerada para a concessão do redutor deveria ser a maior alíquota da tabela progressividade do IRPF (27,5%); (ii) a concessão do redutor deve ser obrigatória, excluindo-se a possibilidade de a concessão seja opcional; (iii) a tabela progressiva do imposto de renda poderia ser acrescida de novas faixas, como, por exemplo, de 30%, 35% e 40%, para rendimentos mensais superiores a 15, 50 e 100 mil reais; (iv) seria conveniente a adoção de uma definição jurídica clara e precisa para o conceito de indenização, no contexto da atividade de servidores públicos; (v) poderiam ser instituídas mais faixas de percentuais de presunção para o regime do lucro presumido; (vi) é necessária uma definição mais clara do conceito de “todos os rendimentos”, constante do art. 16-A do PL 1087/2025, a fim de dar um tratamento claro, por exemplo, para as situações de livro caixa e para apuração do IR pelo produtor rural; (vii) é oportuno considerar o prejuízo fiscal das empresas no cálculo da alíquota efetiva de IR para fins do redutor do IRPFM; (viii) Com base no parágrafo único do art. 18 da EC 132/2023, é possível que o



excesso de arrecadação na alteração da legislação sobre a renda seja utilizado para equalizar a carga tributária sobre a renda e sobre consumo.

Em sua exposição, a **Dra. Michele Roncálio**, sustentou que a ABRASF não é contrária à alteração na tabela do imposto sobre a renda, mas manifesta preocupação com o impacto que a medida de desoneração tem sobre os Municípios, tendo em vista que os arts. 157, I, e 158, I, da Constituição Federal preveem pertencer aos Estados e Municípios o imposto sobre a renda retido sobre os rendimentos por eles pagos.

A ABRASF estimou em R\$ 4,85 bilhões a perda do imposto de renda próprio decorrente das reduções da retenção sobre a folha de salários de servidores e sustentou que o referido impacto deveria ser compensado de forma permanente, sobre pena de risco de desequilíbrio federativo, pois, com menos recursos próprios e repasses, os Municípios enfrentariam limitações para planejar e executar políticas públicas, comprometendo sua capacidade de resposta às demandas locais.

Como propostas de compensação, sugeriu (i) a revogação da necessidade dos Municípios recolherem a Contribuição PASEP sobre as receitas correntes arrecadadas e as transferências recebidas, no percentual de 1% sobre essas receitas, conforme previsto no art. 2º da Lei 9.715/1998; e a alteração da Lei n. 15.079/2024, para ao invés de tratar a tributação mínima de 15% sobre o lucro de multinacionais no Brasil por meio da CSLL, a tributação seja feita por meio do imposto de renda.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

II.1. PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS

Não vislumbramos qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025. A proposição cumpre os requisitos formais e materiais exigidos pela ordem constitucional.



No aspecto da constitucionalidade formal, a proposição atende aos preceitos que regem o processo legislativo. Compete à União instituir o imposto sobre a renda (art. 153, III, CF), bem como legislar, concorrentemente, sobre direito tributário (art. 24, inciso I, CF); e o art. 48, inciso I, por sua vez, atribui ao Congresso Nacional a competência de dispor sobre o sistema tributário nacional. A iniciativa parlamentar, exercida por membro da Câmara dos Deputados, encontra amparo no art. 61 da Carta Magna, não havendo, no caso, vício de iniciativa, pois a matéria não se insere no rol de competências privativas do Presidente da República.

No que respeita à constitucionalidade material, também há plena harmonia entre as alterações propostas e as disposições da Lei Maior. O projeto reforça o princípio da capacidade contributiva, previsto no art. 145, § 1º, ao prever a redução do IRPF para contribuintes de baixa renda e, ao mesmo tempo, ao instituir tributação mínima para os de renda mais elevada.

Com relação à juridicidade, o projeto revela-se adequado. A alteração de lei ordinária por meio de um novo projeto de lei é o instrumento legislativo correto e apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e abstração, mostrando-se harmônico com os princípios gerais do Direito.

Finalmente, no tocante à técnica legislativa, a proposição amolda-se aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. O texto é claro, a articulação é lógica e a alteração legislativa é apresentada de forma expressa, indicando precisamente o dispositivo legal a ser modificado, em linha com a segurança jurídica e a clareza da norma.

II.2. DA COMPATIBILIDADE E DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de



diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT define que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflita com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

O projeto sob análise promove impacto no orçamento da União, sob a forma de renúncia de receita², devendo a tramitação da proposição subordinar-se aos ditames do art. 14 da LRF, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

O art. 14 da LRF exige estar a proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como atender o disposto na LDO e a pelo menos uma de duas condições alternativas. Uma condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO. Outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação de base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, podendo o benefício entrar em vigor apenas quando implantadas tais medidas.

² § 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. (art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)



Segundo a justificação da proposição em análise, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil apresentou as seguintes estimativas de impacto orçamentário e financeiro:

TABELA I
Estimativa Inicial de Impacto das Medidas Propostas

		R\$ bilhões			
	Medidas	2026	2027	2028	Total
1	Desoneração de rendimentos até 5 mil, redução decrescente do Imposto entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil	-25,84	-27,72	-29,68	-83,24
2	Imposto Mínimo da Pessoa Física	25,22	29,49	29,83	84,54
3	Dividendos para o Exterior	8,90	9,69	9,81	28,40
Total		8,28	11,46	9,96	29,70

Fonte: Receita Federal do Brasil.

A divulgação das estimativas sem a apresentação da memória de cálculo não observa, contudo, o comando estabelecido no art. 132 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025. Esse dispositivo exige que todas as proposições legislativas que impliquem redução de receitas — mesmo aquelas não caracterizadas como renúncia — estejam acompanhadas de estimativas de impacto orçamentário e financeiro para o exercício em que entrarem em vigor e para os dois subsequentes. Tais estimativas devem ser instruídas com as premissas e metodologias de cálculo adotadas, em grau de detalhamento suficiente para demonstrar a razoabilidade e a fundamentação dos valores apresentados pelo órgão ou entidade proponente.

No caso sob exame, conforme apresentado na tabela acima, a Receita Federal do Brasil estimou a redução de receita em R\$ 25,84 bilhões para 2026, R\$ 27,72 bilhões para 2027 e R\$ 29,68 bilhões para 2028. No entanto, as premissas e metodologias utilizadas para a elaboração dessas estimativas não acompanharam o texto da proposição, o que configura cumprimento apenas parcial do art. 132 da LDO 2025.

Contudo, consideramos que esse descumprimento parcial foi **sanado** pelas informações encaminhadas pelo Poder Executivo em resposta ao Requerimento de Informação nº 1.229, de 2025, no âmbito da Comissão Especial destinada à análise desta proposição. A resposta encaminhada incluiu



a **Nota Cetad/Coest nº 023/2025**, que detalha as premissas e metodologias utilizadas, bem como a **Nota Conjunta GAB/Sutri/Cetad/Asleg nº 01**, de 26 de maio de 2025, que apresenta a estimativa consolidada do impacto fiscal das proposições correlatas, conforme demonstrado na Tabela I a seguir.

Constata-se, portanto, que a proposição está devidamente compensada e que o descumprimento do art. 132 foi suprido por meio da resposta ao requerimento supracitado.

Quanto ao superávit de R\$ 29,70 bilhões (vinte e nove bilhões e setecentos milhões de reais), ele não leva em conta os mecanismos do redutor da tributação mínima para o residente no Brasil, nem o crédito do imposto sobre a renda do residente no exterior. Voltaremos a esse assunto na análise do mérito.

Isso posto, somos pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, e do Substitutivo que ora apresentamos, e que será detalhado na análise do mérito.

II.3. MÉRITO

Desde antes da apresentação de nosso plano de trabalho nesta Comissão Especial, informamos que na honrosa relatoria que nos coube deste Projeto de Lei que adotariamos a mesma seriedade com a qual sempre nos pautamos em relação ao tema da arrecadação de impostos no Brasil, sem descuidar do compromisso de primar pela justiça fiscal e pelo equilíbrio das contas públicas.

Quanto aos pontos de reflexão que colocamos em nosso plano de trabalho, lembramos que o primeiro deles dizia respeito ao fato de que o mecanismo de redução do IRPF para as pessoas de baixa renda pressupõe que o limite de isenção do Imposto será elevado para R\$ 2.428,80 (dois mil, quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta centavos), conforme consta da Exposição de Motivos do Projeto de Lei, de modo que, a nosso ver, essa alteração na Tabela Progressiva Mensal deveria ter constado do Projeto de Lei, o que não foi feito.



O Poder Executivo enviou a Medida Provisória nº 1.294, de 11 de abril de 2025, a fim de atender este ponto e, posteriormente, o líder do Governo na Câmara dos Deputados apresentou o Projeto de Lei nº 2.692, de 2025, com o mesmo intuito. Na relatoria deste Projeto de Lei no Plenário desta Casa, a matéria foi aprovada no dia 25 de junho de 2025.

Em relação à redução integral do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física dos contribuintes com rendimentos de até R\$ 5.000,00 por mês e à redução parcial para aqueles que possuem renda entre R\$ 5.000,00 e R\$ 7.000,00, o Projeto de Lei não suscita maiores controvérsias. Isso não pode, contudo, ser dito a respeito da tributação mínima de altas rendas.

Ao longo das audiências públicas realizadas na Comissão Especial, alguns fatos se tornaram bastante claros. O primeiro deles é o de que o Imposto sobre a Renda da Pessoa Física no Brasil apresenta-se bastante desigual tanto em termos verticais, quanto em termos horizontais.

No tocante à desigualdade vertical, evidenciou-se que os contribuintes situados nas faixas mais elevadas de renda auferem vultosos rendimentos, mas pagam proporcionalmente pouquíssimo Imposto sobre a Renda. Quanto à desigualdade horizontal, contribuintes situados em um mesmo patamar de rendimentos suportam uma carga menor do Imposto caso seus rendimentos sejam provenientes de lucros ou dividendos em comparação com aqueles que possuem rendimentos provenientes do trabalho, por exemplo. Isso ficou bastante claro nas falas da professora Luíza Nassif e dos professores Guilherme Klein e Sérgio Gobetti.

Ademais, evidenciou-se que há no Brasil uma subtributação dos rendimentos de capital, notadamente em comparação com os países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os quais cumulam a tributação do lucro corporativo com a dos lucros e dividendos distribuídos pelas empresas, impondo sobre os referidos rendimentos uma carga tributária superior a 40%, na maioria dos casos.

Em complemento, as alíquotas efetivas aplicáveis à tributação do lucro da pessoa jurídica no País são significativamente inferiores às



alíquotas nominais previstas, o que reduz ainda mais a participação da renda decorrente do capital na arrecadação federal.

Verificou-se, outrossim, que há países que já adotam um modelo de tributação mínima sobre a renda da pessoa física, a exemplo dos Estados Unidos, no qual vigora o *Alternative Minimum Tax* (AMT), por meio do qual as altas rendas são tributadas sob alíquotas mínimas de 26% a 28%.

Quanto à solução do problema, mesmo em se tratando exclusivamente do IRPFM, diversas propostas complementares foram apresentadas pelos convidados a esta Comissão, como, por exemplo a elevação da alíquota nominal de 10% para 14% ou 15%, ou o uso de alíquotas progressivas conforme a faixa de rendimentos.

Outras propostas concorrentes ao IRPFM surgiram, a exemplo da instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) e mesmo da tributação de lucros e dividendos, cujas vantagens e desvantagens foram minuciosamente elencadas pelo professor Pedro Humberto Carvalho. Relativamente ao IGF, é preciso lembrar que a matéria demanda Lei Complementar e que, recentemente, o tema deixou de ser aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados por ocasião da apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024.

Em relação à tributação dos lucros e dividendos, o mecanismo demanda um desenho legislativo muito mais simples do que o do IRPFM e que corrigiria em parte a desigualdade horizontal da tributação. Essa proposta, contudo, apresenta como aspecto negativo o fato de que, conforme resposta do Ministério da Fazenda ao Requerimento e Informações nº 1.229, de 2025, baseada em dois estudos científicos, sua adoção pode ocasionar adaptação do comportamento dos agentes econômicos.

Sem prejuízo desse fato, tanto o IRPFM, como a tributação de lucros e dividendos suscitaram manifestações em sentido contrário dos Senhores Gustavo Brigagão, Gilberto Alvarenga e Mário Sérgio Carraro Telles, os quais observaram que a instituição dessas formas de tributação pode ocasionar fuga de investimentos do País. Nesse sentido, apresentaram



propostas em outro sentido, envolvendo por exemplo a tributação das loterias de apostas de quota fixa ou a antecipação da cobrança do Imposto Seletivo.

Em relação a esse Imposto, contudo, é preciso recordar que o art. 126 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê que a cobrança dele somente poderá se dar a partir de 2027, de modo que não é possível em um projeto de lei tratar de tal matéria.

Contraditando o mencionado posicionamento, o Secretário Especial da Receita Federal do Brasil afirmou que a tributação mínima não acarretará fuga de investimentos, pois praticamente todos os países do mundo apresentam algum grau de tributação de lucros e dividendos, exceção feita, como exposto nas audiências públicas, à Estônia e à Letônia.

Nota-se, portanto, que o tema está longe de ser incontroverso e nos debruçamos com o necessário rigor técnico sobre ele, tanto no sentido de ouvir com a máxima atenção as mais diversas manifestações surgidas, como também no de promover um aprofundamento nos dados fornecidos desde a primeira hora.

Nesse sentido, o primeiro ponto sobre o qual nos debruçamos foi o relativo à neutralidade do Projeto de Lei: o Ministério da Fazenda e a Receita Federal se pronunciaram, inicialmente, no sentido de que ele era neutro, quando os dados fornecidos, como já apontado, apontam um superávit de R\$ 29,70 bilhões (vinte e nove bilhões e setecentos milhões de reais).

Na Exposição de Motivos que acompanha o Projeto de Lei, Sua Excelência, o Ministro de Estado da Fazenda, se pronunciou no sentido de que a “diferença de receita decorrente das medidas previstas [...] não utilizada na compensação da medida de redução do imposto devido [das pessoas de renda até R\$ 7.000,00] será utilizado na neutralização do impacto fiscal negativo decorrente do redutor previsto no art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, e do crédito previsto no art. 10-A da Lei nº 9.249, de 1995, isso com o intuito de manter o equilíbrio fiscal”.

Ocorre que, no estudo que subsidiou a Exposição de Motivos, a Receita Federal do Brasil não informou, conforme resposta ao Requerimento de Informações nº 4.088, de 2024, qual seria o impacto orçamentário e



financeiro do crédito para o residente no exterior e do redutor para o residente no Brasil, como se nota nas seguintes passagens do documento: “o impacto fiscal do crédito financeiro para limitar a carga tributária sobre os lucros e dividendos não foi objeto de avaliação pelos estudos que embasaram a elaboração da presente Nota” e a “realização de tais estudos depende de especificações e informações que somente serão conhecidas quando da regulamentação dessa medida, necessária para sua vigência”.

O redutor e o crédito dependem da utilização simultânea dos dados do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, de modo que é impossível a qualquer órgão ou entidade que não tenha o acesso aos dados protegidos pelo sigilo fiscal promover tal cálculo. Desse modo, seus montantes não são passíveis de verificação por qualquer órgão, entidade ou pesquisador externo à Receita Federal do Brasil, o que torna a tributação mínima no tocante a este ponto pouco transparente representando, por assim dizer, a concessão de um cheque em branco ao Poder Executivo.

Quanto ao crédito dos residentes no exterior, lembramos, ainda, que ele traria um problema aos investidores em seus países de origem, pois os governos estrangeiros poderiam não permitir a compensação do Imposto de Renda incidente no Brasil sobre a remessa de lucros e dividendos enquanto não houvesse a decisão final quanto ao crédito no Brasil. Seria, além disso, seria necessário definir o destino dado para esse crédito, na hipótese de inexistência de outros tributos federais devidos aqui. Nesse cenário, a única alternativa seria sua restituição em momento futuro, o que não nos parece ser algo compatível com a melhor técnica de desenho tributário.

Em função da complexidade do mecanismo de concessão do crédito aos residentes no exterior e do redutor do IRPFM, cogitamos a eliminação desses mecanismos, mas houve bastante resistência a tal medida nos debates de que participamos. Por essa razão, estamos fazendo a reintrodução deles no texto, mas mantendo a ampliação da faixa da redução parcial do Imposto sobre a Renda para R\$ 7.350,00 (sete mil, trezentos e cinquenta reais), em vez dos R\$ 7.000,00 propostos inicialmente pelo Poder



Executivo. Com essa elevação, estamos atendendo aproximadamente mais meio milhão de contribuintes.

Utilizando a mesma metodologia exposta na resposta ao Requerimento de Informações nº 4.088, de 2025, há um superávit de R\$ 12,27 bilhões (doze bilhões e duzentos e setenta milhões de reais), o qual, consideramos, é necessário para compensar a perda de Estados e Municípios relativamente à redução da arrecadação do Imposto sobre a Renda incidente sobre os rendimentos de seus próprios servidores, bem como para compensar o redutor e o crédito da tributação mínima do IRPF.

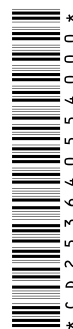
Lembramos que, em uma das primeiras manifestações a respeito do Projeto de Lei, a Confederação Nacional dos Municípios se pronunciou em nota no sentido de que a compensação tributária sob a forma da tributação mínima não se mostrava, à primeira análise, como dotada da necessária segurança jurídica e previsibilidade econômica a fim de evitar colapso das contas dos demais entes federativos que poderiam resultar da redução dos respectivos Fundos de Participação e da arrecadação do Imposto sobre a Renda dos próprios servidores desses entes.

TABELA II
Estimativa Atual de Impacto das Medidas Propostas

		R\$ bilhões			
Medidas		2026	2027	2028	Total
1	Desoneração de rendimentos até 5 mil, redução decrescente do Imposto entre R\$ 5.000,00 e R\$ 7.350,00	-31,25	-33,53	-35,90	-100,67
2	Imposto Mínimo da Pessoa Física	25,22	29,49	29,83	84,54
3	Dividendos para o Exterior	8,90	9,69	9,81	28,40
Total		2,87	5,65	3,74	12,27

Fonte: Receita Federal do Brasil e Consultoria Legislativa.

Por essa razão, no Requerimento de Informações nº 1.229, de 2025, foram solicitadas estimativas quanto ao impacto do Projeto de Lei quanto ao IRPFM, tendo sido respondido que há expectativa de aumento real dos valores disponibilizados ao FPM e ao FPE em 2025, respectivamente, nos montantes de R\$ 19,72 bilhões (dezenove bilhões, setecentos e vinte milhões



de reais) e R\$ 13,87 bilhões (treze bilhões, oitocentos e setenta milhões de reais), conforme Tabela III.

Tabela III
Valores disponibilizados a Estados e Municípios via FPM e FPE

R\$ 1,00

Transferência	Realizado em 2024 (R\$)	PLQA 2025 (R\$)	LOA 2025 (R\$)	Aumento (LOA - Realizado 2024)
FPM (*)	177.034.137.398,00	190.984.305.084,00	196.754.227.290,00	19.720.089.892,00
FPE (*)	149.831.128.138,00	158.607.992.599,00	163.701.294.583,00	13.870.166.445,00
IPI-EE (*)	6.765.493.565,00	6.974.464.793,00	7.481.190.152,00	715.696.587,00
FUNDEB (**)	78.349.157.498,00	82.891.891.482,00	85.624.448.255,00	7.275.290.757,00
CIDE - COMBUSTÍVEIS	879.204.627,00	1.133.678.967,00	1.329.127.411,00	449.922.784,00

Fonte: Tesouro Nacional, com adaptação.

(*) Os valores já estão descontados da parcela de 20% destinada ao Fundeb

(**) Os valores do Fundeb ora apresentados referem-se tão somente à soma das retenções correspondentes realizadas no FPM, no FPE e IPI-Exportação.

Além disso, ainda conforme a resposta ao Requerimento de Informações nº 1.229, de 2025, os Estados e Municípios terão perda na arrecadação do Imposto sobre a Renda retido na fonte de seus próprios servidores públicos. Estamos prevendo que esses valores serão compensados pela União.

Novamente com vistas a assegurar a neutralidade do Projeto de Lei, estamos prevendo que as medidas ora implementadas sejam utilizadas para reduzir a alíquota-padrão da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), como previsto pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023. Essa medida se faz necessária, porque entendemos que a não-distribuição de lucros e dividendos pode vir a ser menor do que a estimada pela Receita Federal, que foi estimada em 50% (cinquenta por cento) do montante atualmente.

Os autores Chetty e Saez³ (2005), cuja metodologia foi utilizada pela Receita Federal do Brasil, apontam uma elasticidade na distribuição de dividendos correspondente ao coeficiente negativo de 0,5 (zero vírgula cinco), de modo que, no caso brasileiro, em que a alíquota atual é igual a zero, é esperado ajuste no comportamento dos contribuintes apurado conforme a seguinte fórmula:

³ *Dividend Taxes and Corporate Behavior: Evidence from the 2003 Dividend Tax Cut*. In: *Quarterly Journal of Economics*, v. CXX, issue 3, august, 2005, p. 791-883.



Não-distribuição de lucros = $-0,5 \times \text{Alíquota (em pontos percentuais)}$

Levando em conta a alíquota inicialmente proposta de 10% (dez por cento), é esperada uma não-distribuição de lucros e dividendos da ordem de 50% (cinquenta por cento). Contudo, é preciso considerar que esse artigo foi escrito conforme a realidade norte-americana e é possível que o comportamento dos contribuintes resulte em não-distribuição de lucros e dividendos menor que 50% (cinquenta por cento).

No tocante à segurança jurídica, para que não paire qualquer dúvida relativamente ao fato de não estar sendo criado novo imposto ou sequer adicional de imposto, alteramos a denominação constante do Projeto de Lei, que se referia a um “Imposto sobre a Renda da Pessoa Física Mínimo – IRPFM”, para “Tributação Mínima pelo Imposto de Renda da Pessoa Física”, inclusive como forma de que o conteúdo do Projeto de Lei guarde relação com o enunciado na Ementa dele, a qual prevê que ele “Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências”.

Outro ponto que observamos em nosso Projeto de Lei é o de que determinados títulos e valores mobiliários isentos do Imposto sobre a Renda não integravam a base de cálculo da tributação mínima. Por essa razão, elencamos esses títulos a fim de que não passem a integrá-la na hipótese de instituição de tributação, como se deu com a edição da Medida Provisória nº 1.303, de 2025.

Também refizemos o desenho da base de cálculo utilizada para definição de alíquota da tributação mínima, para que rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança, indenizações, pensões ou proventos de aposentadoria decorrentes de acidente de serviço ou doenças graves não a integrem. Isso porque entendemos que seria muito difícil prosperar no Poder Judiciário a tese de que rendimentos que não compõem a base de cálculo da tributação mínima sejam levados em conta para a definição da respectiva alíquota. Inclusive, lembramos, o fato de esses rendimentos serem levados em consideração no desenho da alíquota, mas não integrarem a



base de cálculo da tributação mínima propriamente dita fazia com que a alíquota efetiva dessa fosse superior à alíquota nominal de dez por cento.

Fizemos a previsão de que a tributação mínima do IRPF não se aplica às hipóteses de pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa de lucros ou dividendos a:

I - governos estrangeiros, desde que haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos auferidos em seus países pelo governo brasileiro;

II - fundos soberanos, conforme definidos no art, 3º, § 5º, da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e

III - entidades no exterior que tenham como principal atividade a administração de benefícios previdenciários, tais como aposentadorias e pensões, conforme definidas em regulamento.

Suprimimos, por decorrência lógica e ouvido o Ministério da Fazenda, a designação da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda como órgão gestor responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do benefício tributário do crédito do não-residente no Brasil e do redutor do residente no Brasil, quanto à consecução das metas e dos objetivos estabelecidos, visto que esses mecanismos não correspondem a benefícios fiscais, mas regras de conformação da nova tributação proposta.

II.4 - CONCLUSÃO DO VOTO

Em conclusão, votamos:

a) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, bem como do Substitutivo que ora apresentamos;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação que ora apresentamos; e

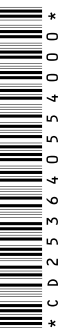


c) no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, na forma do Substitutivo em anexo

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado ARTHUR LIRA
Relator

2025-9985



COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.087, DE 2025

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.087, DE 2025

Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

Art. 2º A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º-A. A partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026, será concedida redução do imposto sobre os rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal do imposto sobre a renda das pessoas físicas, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela de redução do imposto mensal

Rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste mensal	Redução do imposto sobre a renda
Até R\$ 5.000,00	Até 312,89 (de modo que o imposto devido seja zero)
De R\$ 5.000,01 até R\$ 7.350,00	978,62 - (0,133145 x rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal) (de modo que a redução do imposto seja decrescente linearmente até zerar para rendimentos a partir de R\$ 7.350,00)



§ 1º O valor da redução a que se refere o *caput* fica limitado ao valor do imposto determinado de acordo com a tabela progressiva mensal e com o disposto no art. 4º.

§ 2º Os contribuintes que tiverem rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal superior a R\$ 7.350,00 (sete mil, trezentos e cinquenta reais) não terão redução no imposto devido.

§ 3º A redução do imposto a que se refere este artigo também será aplicada no cálculo do imposto cobrado exclusivamente na fonte no pagamento do décimo terceiro salário a que se refere o art. 7º, *caput*, inciso III, da Constituição.” (NR)

“CAPÍTULO II-A

DA TRIBUTAÇÃO MENSAL DE ALTAS RENDAS

Art. 6º-A. A partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026, o pagamento, o creditamento, o emprego ou a entrega de lucros e dividendos por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil em montante superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em um mesmo mês fica sujeito à retenção na fonte do imposto sobre a renda das pessoas físicas– IRPF à alíquota de 10% (dez por cento) sobre o total do valor pago, creditado, empregado ou entregue.

§ 1º São vedadas quaisquer deduções da base de cálculo.

§ 2º Caso haja mais de um pagamento, crédito, emprego ou entrega de lucros e dividendos no mesmo mês, realizado por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil, o valor retido na fonte referente ao IRPF deve ser recalculado de modo a considerar o total dos valores pagos, creditados, empregados ou entregues no mês.

§ 3º Não se sujeitam ao Imposto sobre a Renda de que trata este artigo, quando relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025, os lucros e dividendos cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, e sejam exigíveis nos termos da legislação civil ou empresarial, desde que seu pagamento, crédito, emprego ou entrega ocorra nos termos originalmente previstos no ato de aprovação.” (NR)

“Art.

10.

.....

.

IX - R\$ 16.754,34 (dezesseis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) a partir do ano-calendário de 2015 até o ano-calendário de 2025; e



X - R\$ 17.640,00 (dezesete mil, seiscentos e quarenta reais) a partir do ano-calendário de 2026.

.....” (NR)

“Art. 11-A. A partir do exercício de 2027, ano-calendário de 2026, será concedida redução do imposto sobre a renda das pessoas físicas anual – IRPF anual, apurado sobre os rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela de redução do ajuste anual

Rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual	Redução do imposto sobre a renda
Até R\$ 60.000,00	Até R\$ 2.694,15 (de modo que o imposto devido seja zero)
De R\$ 60.000,01 até R\$ 88.200,00	8.429,73 - (0,095575 x rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual) (de modo que a redução do imposto seja decrescente linearmente até zerar para rendimentos a partir de R\$ 88.200,00)

§ 1º O valor da redução a que se refere o caput fica limitado ao valor do imposto sobre a renda anual calculado de acordo com a tabela progressiva anual vigente no ano-calendário.

§ 2º Os contribuintes que tiverem rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual superiores a R\$ 88.200,00 (oitenta oito mil e duzentos mil reais) não terão redução no imposto devido.” (NR)

“Art. 12. Do imposto apurado conforme a tabela progressiva anual poderão ser deduzidos:

.....” (NR)

“Art. 13. A soma dos montantes determinados na forma prevista nos art. 12 e art. 16-A constituirá, na declaração de ajuste anual, se positiva, saldo do imposto a pagar e, se negativa, valor a ser restituído.

.....” (NR)

“CAPÍTULO III-A

DA TRIBUTAÇÃO ANUAL DE ALTAS RENDAS

Art. 16-A. A partir do exercício de 2027, ano-calendário de 2026, a pessoa física cuja soma de todos os rendimentos recebidos no ano-calendário seja superior a R\$ 600.000,00



(seiscentos mil reais) fica sujeita à tributação mínima do IRPF, nos termos do disposto neste artigo.

§ 1º Para fins do disposto no caput, serão considerados o resultado da atividade rural, apurado na forma dos arts. 4º, 5º e 14 da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, e os rendimentos recebidos no ano-calendário, inclusive os tributados de forma exclusiva ou definitiva e os isentos ou sujeitos à alíquota zero ou reduzida, deduzindo-se, exclusivamente a parcela isenta relativa à atividade rural e:

I - os ganhos de capital, exceto os decorrentes de operações realizadas em bolsa ou no mercado de balcão organizado sujeitas à tributação com base no ganho líquido no Brasil;

II - os rendimentos recebidos acumuladamente tributados exclusivamente na fonte, de que trata o art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, desde que o contribuinte não tenha optado pelo ajuste anual de que trata o § 5º do referido artigo;

III - os valores recebidos por doação em adiantamento da legítima ou herança;

IV - os rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança, e a remuneração produzida pelos seguintes títulos e valores mobiliários:

a) Letras Hipotecárias, Letras de Crédito Imobiliário - LCI e Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, de que tratam, respectivamente, a Lei nº 7.684 de 2 de dezembro de 1988, os arts. 12 a art. 17 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e o art. 6º da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997;

b) Certificados de Depósito Agropecuário – CDA, Warrants Agropecuários – WA, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, Letras de Crédito do Agronegócio – LCA e Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA, de que tratam os arts. 1º e art. 23 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004;

c) Cédulas de Produto Rural CPR, com liquidação financeira, de que trata a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, desde que negociada no mercado financeiro;

d) Letras Imobiliárias Garantidas - LIG, de que trata o art. 63 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015;

e) Letras de Crédito do Desenvolvimento -LCD, de que trata a Lei nº 14.937, de 26 de julho de 2024; e

f) títulos e valores mobiliários relacionados a projetos de investimento e infraestrutura, de que trata o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011;



V – os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário e pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado e que possuam, no mínimo, 100 (cem) cotistas;

VI - os valores recebidos a título de indenização por acidente de trabalho, por danos materiais ou morais, ressalvados os lucros cessantes;

VII - os rendimentos isentos de que trata o art. 6º, caput, incisos XIV e XXI, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988;

VIII - os rendimentos de títulos e valores mobiliários isentos ou sujeitos à alíquota zero do imposto sobre a renda, exceto os rendimentos de ações e demais participações societárias; e

IX – os lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 quando a distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, desde que seu pagamento, crédito, emprego ou entrega tenha ocorrido nos termos originalmente previstos no ato de aprovação.

§ 2º A alíquota da tributação mínima do IRPF será fixada com base nos rendimentos apurados nos termos do disposto no § 1º, observado o seguinte:

I - para rendimentos iguais ou superiores a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a alíquota será de 10% (dez por cento); e

II - para rendimentos superiores a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e inferiores a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a alíquota crescerá linearmente de zero a 10% (dez por cento), conforme a seguinte fórmula:

Alíquota % = (REND/60000) - 10, em que:

REND = rendimentos apurados na forma prevista no § 1º.

§ 3º O valor devido da tributação mínima do IRPF será apurado a partir da multiplicação da alíquota pela base de cálculo, com a dedução:

I - do montante do imposto sobre a renda das pessoas físicas devido na declaração de ajuste anual, calculado nos termos do disposto no art. 12;

II - do imposto sobre a renda das pessoas físicas retido exclusivamente na fonte incidente sobre os rendimentos incluídos na base de cálculo da tributação mínima do IRPF;

III - do imposto sobre a renda das pessoas físicas apurado com fundamento nos art. 1º a art. 13 da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e



IV - do imposto sobre a renda pago definitivamente referente aos rendimentos computados na base de cálculo da tributação mínima do IRPF e não considerado nos incisos I a III deste parágrafo.

V - do redutor apurado nos termos do disposto no art. 16-B.

§ 4º Caso o valor apurado nos termos do disposto no § 3º seja negativo, o valor devido a título de tributação mínima do IRPF será zero.

§ 5º Do valor apurado na forma prevista nos § 3º e § 4º será deduzido o montante do IRPF na fonte antecipado nos termos do disposto no art. 6º-A.

§ 6º O resultado obtido nos termos do disposto no § 5º será adicionado ao saldo do imposto sobre a renda das pessoas físicas, a pagar ou a restituir, apurado na declaração de ajuste anual, nos termos do disposto no art. 12.” (NR)

“Art. 16-B. Caso se verifique que a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica com a alíquota efetiva da tributação mínima do IRPF aplicável à pessoa física beneficiária ultrapassa a soma das alíquotas nominais do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, será concedido redutor da tributação mínima do IRPF calculado sobre os referidos lucros e dividendos pagos, creditados, empregados ou entregues por cada pessoa jurídica à pessoa física sujeita ao pagamento da tributação mínima do IRPF de que trata o art. 16-A.

§ 1º A soma das alíquotas nominais a serem consideradas para fins do limite previsto no caput correspondem a:

I - 34% (trinta e quatro por cento), no caso de pagamento de lucros ou dividendos pelas pessoas jurídicas não alcançadas pelo disposto nos incisos II e III deste parágrafo;

II - 40% (quarenta por cento), no caso de pagamento de lucros ou dividendos pelas pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e por aquelas referidas no art. 1º, § 1º, incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

III - 45% (quarenta e cinco por cento), no caso de pagamento de lucros ou dividendos pelas pessoas jurídicas referidas no art. 1º, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

§ 2º O valor do redutor de que trata este artigo corresponderá ao resultado obtido por meio da multiplicação do montante dos lucros e dividendos pagos, creditados, empregados ou



entregues à pessoa física pela pessoa jurídica pela diferença entre:

I - a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica com a alíquota efetiva da tributação mínima do IRPF aplicável à pessoa física beneficiária; e

II - o percentual previsto nos incisos I, II e III do § 1º.

§ 3º Para fins do disposto neste artigo, considera-se:

I - alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica - a razão observada, no exercício a que se referem os lucros e dividendos distribuídos, entre:

a) o valor devido do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica; e

b) o lucro contábil da pessoa jurídica;

II - alíquota efetiva da tributação mínima do IRPF - a razão entre:

a) o acréscimo do valor devido da tributação mínima do IRPF, antes da redução de que trata este artigo, resultante da inclusão dos lucros e dividendos na base de cálculo da tributação mínima do IRPF; e

b) o montante dos lucros e dividendos recebidos pela pessoa física no ano-calendário; e

III - lucro contábil da pessoa jurídica - o resultado do exercício antes dos tributos sobre a renda e das respectivas provisões.

§ 4º A concessão do redutor de que trata este artigo fica condicionada à apresentação de demonstrações financeiras da pessoa jurídica, elaboradas de acordo com a legislação societária e com as normas contábeis em vigor, na forma de regulamento.

§ 5º O cálculo da alíquota efetiva e do imposto devido pela pessoa jurídica poderá ser realizado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fonte pagadora, na forma do regulamento.

§ 6º As empresas não sujeitas ao regime de tributação pelo lucro real poderão optar por cálculo simplificado do lucro contábil, o qual corresponderá ao valor do faturamento com a dedução das seguintes despesas:

I - folha de salários, remuneração de administradores e gerentes, e respectivos encargos legais;

II - preço de aquisição das mercadorias destinadas à venda, no caso de atividade comercial;



III - matéria-prima agregada ao produto industrializado e material de embalagem, no caso de atividade industrial;

IV - aluguéis de imóveis necessários à operação da empresa, desde que tenha havido retenção e recolhimento de imposto sobre a renda pela fonte pagadora quando a legislação o exigir;

V - juros sobre financiamentos necessários à operação da empresa, desde que concedidos por instituição financeira ou outra entidade autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil; e

VI - depreciação de equipamentos necessários à operação da empresa, no caso de atividade industrial, observada a regulamentação sobre depreciação a que se sujeitam as pessoas jurídicas submetidas ao regime do lucro real.

§ 7º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá fornecer os dados a que se refere este artigo e calcular o valor do redutor na declaração pré-preenchida do imposto sobre a renda da pessoa física, a partir das informações prestadas pelas pessoas jurídicas pagadoras dos lucros e dividendos. (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto sobre a renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País, observado o disposto no art. 6º-A e no art. 16-A da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

.....
.

§ 4º Os lucros ou dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 10% (dez por cento).

§ 5º Não ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte, nos termos do *caput* deste artigo os lucros e dividendos:

I – relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025, e cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, e sejam exigíveis nos termos da legislação



civil ou empresarial, desde que seu pagamento, crédito, emprego ou entrega ocorra nos termos originalmente previstos no ato de aprovação;

II – pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos a:

a) governos estrangeiros, desde que haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos auferidos em seus países pelo governo brasileiro;

b) fundos soberanos, conforme definidos no art. 3º, § 5º, da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e

c) entidades no exterior que tenham como principal atividade a administração de benefícios previdenciários, tais como aposentadorias e pensões, conforme definidas em regulamento.” (NR)

“Art. 10-A. Caso se verifique que a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica domiciliada no Brasil distribuidora dos lucros e dividendos com a alíquota prevista no art. 10, § 4º, ultrapassa a soma das alíquotas nominais do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, será concedido, por opção do beneficiário residente ou domiciliado no exterior crédito calculado sobre o montante de lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, que tenham sido tributados com fundamento no art. 10, § 4º.

§ 1º O valor do crédito de que trata este artigo corresponderá ao resultado obtido por meio da multiplicação do montante dos lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos pela pessoa jurídica, pela diferença entre:

I - a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica, apurada nos termos do disposto no art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, acrescida de dez pontos percentuais; e

II - o percentual previsto no art. 16-B, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

§ 2º O Poder Executivo regulamentará o modo pelo qual será formalizada a opção referida no caput deste artigo, bem como a maneira pela qual o residente ou o domiciliado no exterior pleiteará, em até trezentos e sessenta dias, contados de cada exercício, o crédito de que trata este artigo.” (NR)

Art. 4º A arrecadação adicional da União decorrente da aprovação desta Lei será utilizada como fonte de compensação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, caso haja redução em decorrência



das medidas de que tratam os arts. 2º e 3º desta Lei na soma do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem e da entrega, respectivamente, aos Fundos de Participação dos Estados ou dos Municípios.

Art. 5º A parcela da arrecadação da União resultante desta Lei que exceder o montante necessário para compensar a redução do imposto devido, previsto nos arts. 3º-A e 11-A da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a compensação de que trata o art. 4º será considerada como fonte de compensação para o cálculo da alíquota de referência da Contribuição de Bens e Serviços do ano subsequente de que tratam os arts. 352 a 359 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, nos termos do parágrafo único do art. 18 da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

Parágrafo Único. Para os fins do disposto neste artigo, será considerada a arrecadação da União líquida das entregas previstas no art. 159, inciso I da Constituição Federal, para cálculo do valor destinado como fonte de compensação para o cálculo da alíquota de referência da Contribuição de Bens e Serviços.

Art. 6º Fica revogado o art. 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 1º de janeiro de 2026.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado ARTHUR LIRA
Relator

2025-9985





Câmara dos Deputados

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1087, DE 2025, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA PARA INSTITUIR A REDUÇÃO DO IMPOSTO DEVIDO NAS BASES DE CÁLCULO MENSAL E ANUAL E A TRIBUTAÇÃO MÍNIMA PARA AS PESSOAS FÍSICAS QUE AUFEREM ALTAS RENDAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PROJETO DE LEI Nº 1.087, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1087, de 2025, do Poder Executivo, que "altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências", em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.087/2025, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Arthur Lira. O Deputado Gilson Marques apresentou voto em separado.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Rubens Pereira Júnior - Presidente, Merlong Solano, Emanuel Pinheiro Neto e Marangoni - Vice-Presidentes, Arthur Lira - Relator, Carlos Jordy, Claudio Cajado, Cleber Verde, Danilo Forte, Evair Vieira de Melo, Fernanda Pessoa, Fred Linhares, Gilson Marques, Gisela Simona, Hildo Rocha, Ivan Valente, Joaquim Passarinho, Lindbergh Farias, Luiz Carlos Hauly, Luiz Carlos Motta, Luiz Gastão, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Natália Bonavides, Ossesio Silva, Paulo Litro, Pedro Paulo, Tabata Amaral, Tadeu Veneri, Wilson Santiago, André Figueiredo, Chico Alencar, Felipe Carreras,



Fernando Coelho Filho, Florentino Neto, Jorge Solla, Julio Arcoverde, Júlio Cesar, Luciano Amaral, Marcelo Queiroz, Mauro Benevides Filho, Mendonça Filho, Pauderney Avelino, Reginaldo Lopes, Ricardo Abrão e Zé Neto.

Sala da Comissão, em 16 de julho de 2025.

Deputado Arthur Lira
Relator

Deputado RUBENS PEREIRA JÚNIOR
Presidente



COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.087, DE 2025

SUBSTITUTIVO ADOTADO

Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

Art. 2º A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º-A. A partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026, será concedida redução do imposto sobre os rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal do imposto sobre a renda das pessoas físicas, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela de redução do imposto mensal

Rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste mensal	Redução do imposto sobre a renda
Até R\$ 5.000,00	Até 312,89 (de modo que o imposto devido seja zero)
De R\$ 5.000,01 até R\$ 7.350,00	978,62 - (0,133145 x rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal) (de modo que a redução do imposto seja decrescente linearmente até zerar para rendimentos a partir de R\$ 7.350,00)



§ 1º O valor da redução a que se refere o *caput* fica limitado ao valor do imposto determinado de acordo com a tabela progressiva mensal e com o disposto no art. 4º.

§ 2º Os contribuintes que tiverem rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal superior a R\$ 7.350,00 (sete mil, trezentos e cinquenta reais) não terão redução no imposto devido.

§ 3º A redução do imposto a que se refere este artigo também será aplicada no cálculo do imposto cobrado exclusivamente na fonte no pagamento do décimo terceiro salário a que se refere o art. 7º, *caput*, inciso III, da Constituição.” (NR)

“CAPÍTULO II-A

DA TRIBUTAÇÃO MENSAL DE ALTAS RENDAS

Art. 6º-A. A partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026, o pagamento, o creditamento, o emprego ou a entrega de lucros e dividendos por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil em montante superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em um mesmo mês fica sujeito à retenção na fonte do imposto sobre a renda das pessoas físicas– IRPF à alíquota de 10% (dez por cento) sobre o total do valor pago, creditado, empregado ou entregue.

§ 1º São vedadas quaisquer deduções da base de cálculo.

§ 2º Caso haja mais de um pagamento, crédito, emprego ou entrega de lucros e dividendos no mesmo mês, realizado por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil, o valor retido na fonte referente ao IRPF deve ser recalculado de modo a considerar o total dos valores pagos, creditados, empregados ou entregues no mês.

§ 3º Não se sujeitam ao Imposto sobre a Renda de que trata este artigo, quando relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025, os lucros e dividendos cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, e sejam exigíveis nos termos da legislação civil ou empresarial, desde que seu pagamento, crédito, emprego ou entrega ocorra nos termos originalmente previstos no ato de aprovação.” (NR)

“Art.

10.

.....

.

IX - R\$ 16.754,34 (dezesesseis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) a partir do ano-calendário de 2015 até o ano-calendário de 2025; e



X - R\$ 17.640,00 (dezesete mil, seiscentos e quarenta reais) a partir do ano-calendário de 2026.

.....” (NR)

“Art. 11-A. A partir do exercício de 2027, ano-calendário de 2026, será concedida redução do imposto sobre a renda das pessoas físicas anual – IRPF anual, apurado sobre os rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela de redução do ajuste anual

Rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual	Redução do imposto sobre a renda
Até R\$ 60.000,00	Até R\$ 2.694,15 (de modo que o imposto devido seja zero)
De R\$ 60.000,01 até R\$ 88.200,00	8.429,73 - (0,095575 x rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual) (de modo que a redução do imposto seja decrescente linearmente até zerar para rendimentos a partir de R\$ 88.200,00)

§ 1º O valor da redução a que se refere o caput fica limitado ao valor do imposto sobre a renda anual calculado de acordo com a tabela progressiva anual vigente no ano-calendário.

§ 2º Os contribuintes que tiverem rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual superiores a R\$ 88.200,00 (oitenta oito mil e duzentos mil reais) não terão redução no imposto devido.” (NR)

“Art. 12. Do imposto apurado conforme a tabela progressiva anual poderão ser deduzidos:

.....” (NR)

“Art. 13. A soma dos montantes determinados na forma prevista nos art. 12 e art. 16-A constituirá, na declaração de ajuste anual, se positiva, saldo do imposto a pagar e, se negativa, valor a ser restituído.

.....” (NR)

“CAPÍTULO III-A

DA TRIBUTAÇÃO ANUAL DE ALTAS RENDAS

Art. 16-A. A partir do exercício de 2027, ano-calendário de 2026, a pessoa física cuja soma de todos os rendimentos recebidos no ano-calendário seja superior a R\$ 600.000,00



(seiscentos mil reais) fica sujeita à tributação mínima do IRPF, nos termos do disposto neste artigo.

§ 1º Para fins do disposto no caput, serão considerados o resultado da atividade rural, apurado na forma dos arts. 4º, 5º e 14 da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, e os rendimentos recebidos no ano-calendário, inclusive os tributados de forma exclusiva ou definitiva e os isentos ou sujeitos à alíquota zero ou reduzida, deduzindo-se, exclusivamente a parcela isenta relativa à atividade rural e:

I - os ganhos de capital, exceto os decorrentes de operações realizadas em bolsa ou no mercado de balcão organizado sujeitas à tributação com base no ganho líquido no Brasil;

II - os rendimentos recebidos acumuladamente tributados exclusivamente na fonte, de que trata o art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, desde que o contribuinte não tenha optado pelo ajuste anual de que trata o § 5º do referido artigo;

III - os valores recebidos por doação em adiantamento da legítima ou herança;

IV - os rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança, e a remuneração produzida pelos seguintes títulos e valores mobiliários:

a) Letras Hipotecárias, Letras de Crédito Imobiliário - LCI e Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, de que tratam, respectivamente, a Lei nº 7.684 de 2 de dezembro de 1988, os arts. 12 a art. 17 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e o art. 6º da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997;

b) Certificados de Depósito Agropecuário – CDA, Warrants Agropecuários – WA, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, Letras de Crédito do Agronegócio – LCA e Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA, de que tratam os arts. 1º e art. 23 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004;

c) Cédulas de Produto Rural CPR, com liquidação financeira, de que trata a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, desde que negociada no mercado financeiro;

d) Letras Imobiliárias Garantidas - LIG, de que trata o art. 63 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015;

e) Letras de Crédito do Desenvolvimento -LCD, de que trata a Lei nº 14.937, de 26 de julho de 2024; e

f) títulos e valores mobiliários relacionados a projetos de investimento e infraestrutura, de que trata o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011;



V – os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário e pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado e que possuam, no mínimo, 100 (cem) cotistas;

VI - os valores recebidos a título de indenização por acidente de trabalho, por danos materiais ou morais, ressalvados os lucros cessantes;

VII - os rendimentos isentos de que trata o art. 6º, caput, incisos XIV e XXI, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988;

VIII - os rendimentos de títulos e valores mobiliários isentos ou sujeitos à alíquota zero do imposto sobre a renda, exceto os rendimentos de ações e demais participações societárias; e

IX – os lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 quando a distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, desde que seu pagamento, crédito, emprego ou entrega tenha ocorrido nos termos originalmente previstos no ato de aprovação.

§ 2º A alíquota da tributação mínima do IRPF será fixada com base nos rendimentos apurados nos termos do disposto no § 1º, observado o seguinte:

I - para rendimentos iguais ou superiores a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a alíquota será de 10% (dez por cento); e

II - para rendimentos superiores a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e inferiores a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a alíquota crescerá linearmente de zero a 10% (dez por cento), conforme a seguinte fórmula:

Alíquota % = (REND/60000) - 10, em que:

REND = rendimentos apurados na forma prevista no § 1º.

§ 3º O valor devido da tributação mínima do IRPF será apurado a partir da multiplicação da alíquota pela base de cálculo, com a dedução:

I - do montante do imposto sobre a renda das pessoas físicas devido na declaração de ajuste anual, calculado nos termos do disposto no art. 12;

II - do imposto sobre a renda das pessoas físicas retido exclusivamente na fonte incidente sobre os rendimentos incluídos na base de cálculo da tributação mínima do IRPF;

III - do imposto sobre a renda das pessoas físicas apurado com fundamento nos art. 1º a art. 13 da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e



IV - do imposto sobre a renda pago definitivamente referente aos rendimentos computados na base de cálculo da tributação mínima do IRPF e não considerado nos incisos I a III deste parágrafo.

V - do redutor apurado nos termos do disposto no art. 16-B.

§ 4º Caso o valor apurado nos termos do disposto no § 3º seja negativo, o valor devido a título de tributação mínima do IRPF será zero.

§ 5º Do valor apurado na forma prevista nos § 3º e § 4º será deduzido o montante do IRPF na fonte antecipado nos termos do disposto no art. 6º-A.

§ 6º O resultado obtido nos termos do disposto no § 5º será adicionado ao saldo do imposto sobre a renda das pessoas físicas, a pagar ou a restituir, apurado na declaração de ajuste anual, nos termos do disposto no art. 12.” (NR)

“Art. 16-B. Caso se verifique que a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica com a alíquota efetiva da tributação mínima do IRPF aplicável à pessoa física beneficiária ultrapassa a soma das alíquotas nominais do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, será concedido redutor da tributação mínima do IRPF calculado sobre os referidos lucros e dividendos pagos, creditados, empregados ou entregues por cada pessoa jurídica à pessoa física sujeita ao pagamento da tributação mínima do IRPF de que trata o art. 16-A.

§ 1º A soma das alíquotas nominais a serem consideradas para fins do limite previsto no caput correspondem a:

I - 34% (trinta e quatro por cento), no caso de pagamento de lucros ou dividendos pelas pessoas jurídicas não alcançadas pelo disposto nos incisos II e III deste parágrafo;

II - 40% (quarenta por cento), no caso de pagamento de lucros ou dividendos pelas pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e por aquelas referidas no art. 1º, § 1º, incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

III - 45% (quarenta e cinco por cento), no caso de pagamento de lucros ou dividendos pelas pessoas jurídicas referidas no art. 1º, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

§ 2º O valor do redutor de que trata este artigo corresponderá ao resultado obtido por meio da multiplicação do montante dos lucros e dividendos pagos, creditados, empregados ou



entregues à pessoa física pela pessoa jurídica pela diferença entre:

I - a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica com a alíquota efetiva da tributação mínima do IRPF aplicável à pessoa física beneficiária; e

II - o percentual previsto nos incisos I, II e III do § 1º.

§ 3º Para fins do disposto neste artigo, considera-se:

I - alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica - a razão observada, no exercício a que se referem os lucros e dividendos distribuídos, entre:

a) o valor devido do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica; e

b) o lucro contábil da pessoa jurídica;

II - alíquota efetiva da tributação mínima do IRPF - a razão entre:

a) o acréscimo do valor devido da tributação mínima do IRPF, antes da redução de que trata este artigo, resultante da inclusão dos lucros e dividendos na base de cálculo da tributação mínima do IRPF; e

b) o montante dos lucros e dividendos recebidos pela pessoa física no ano-calendário; e

III - lucro contábil da pessoa jurídica - o resultado do exercício antes dos tributos sobre a renda e das respectivas provisões.

§ 4º A concessão do redutor de que trata este artigo fica condicionada à apresentação de demonstrações financeiras da pessoa jurídica, elaboradas de acordo com a legislação societária e com as normas contábeis em vigor, na forma de regulamento.

§ 5º O cálculo da alíquota efetiva e do imposto devido pela pessoa jurídica poderá ser realizado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fonte pagadora, na forma do regulamento.

§ 6º As empresas não sujeitas ao regime de tributação pelo lucro real poderão optar por cálculo simplificado do lucro contábil, o qual corresponderá ao valor do faturamento com a dedução das seguintes despesas:

I - folha de salários, remuneração de administradores e gerentes, e respectivos encargos legais;

II - preço de aquisição das mercadorias destinadas à venda, no caso de atividade comercial;



III - matéria-prima agregada ao produto industrializado e material de embalagem, no caso de atividade industrial;

IV - aluguéis de imóveis necessários à operação da empresa, desde que tenha havido retenção e recolhimento de imposto sobre a renda pela fonte pagadora quando a legislação o exigir;

V - juros sobre financiamentos necessários à operação da empresa, desde que concedidos por instituição financeira ou outra entidade autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil; e

VI - depreciação de equipamentos necessários à operação da empresa, no caso de atividade industrial, observada a regulamentação sobre depreciação a que se sujeitam as pessoas jurídicas submetidas ao regime do lucro real.

§ 7º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá fornecer os dados a que se refere este artigo e calcular o valor do redutor na declaração pré-preenchida do imposto sobre a renda da pessoa física, a partir das informações prestadas pelas pessoas jurídicas pagadoras dos lucros e dividendos. (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto sobre a renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País, observado o disposto no art. 6º-A e no art. 16-A da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

.....
.

§ 4º Os lucros ou dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 10% (dez por cento).

§ 5º Não ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte, nos termos do *caput* deste artigo os lucros e dividendos:

I – relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025, e cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, e sejam exigíveis nos termos da legislação



civil ou empresarial, desde que seu pagamento, crédito, emprego ou entrega ocorra nos termos originalmente previstos no ato de aprovação;

II – pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos a:

a) governos estrangeiros, desde que haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos auferidos em seus países pelo governo brasileiro;

b) fundos soberanos, conforme definidos no art. 3º, § 5º, da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e

c) entidades no exterior que tenham como principal atividade a administração de benefícios previdenciários, tais como aposentadorias e pensões, conforme definidas em regulamento.” (NR)

“Art. 10-A. Caso se verifique que a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica domiciliada no Brasil distribuidora dos lucros e dividendos com a alíquota prevista no art. 10, § 4º, ultrapassa a soma das alíquotas nominais do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, será concedido, por opção do beneficiário residente ou domiciliado no exterior crédito calculado sobre o montante de lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, que tenham sido tributados com fundamento no art. 10, § 4º.

§ 1º O valor do crédito de que trata este artigo corresponderá ao resultado obtido por meio da multiplicação do montante dos lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos pela pessoa jurídica, pela diferença entre:

I - a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica, apurada nos termos do disposto no art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, acrescida de dez pontos percentuais; e

II - o percentual previsto no art. 16-B, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

§ 2º O Poder Executivo regulamentará o modo pelo qual será formalizada a opção referida no caput deste artigo, bem como a maneira pela qual o residente ou o domiciliado no exterior pleiteará, em até trezentos e sessenta dias, contados de cada exercício, o crédito de que trata este artigo.” (NR)

Art. 4º A arrecadação adicional da União decorrente da aprovação desta Lei será utilizada como fonte de compensação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, caso haja redução em decorrência



das medidas de que tratam os arts. 2º e 3º desta Lei na soma do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem e da entrega, respectivamente, aos Fundos de Participação dos Estados ou dos Municípios.

Art. 5º A parcela da arrecadação da União resultante desta Lei que exceder o montante necessário para compensar a redução do imposto devido, previsto nos arts. 3º-A e 11-A da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a compensação de que trata o art. 4º será considerada como fonte de compensação para o cálculo da alíquota de referência da Contribuição de Bens e Serviços do ano subsequente de que tratam os arts. 352 a 359 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, nos termos do parágrafo único do art. 18 da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

Parágrafo Único. Para os fins do disposto neste artigo, será considerada a arrecadação da União líquida das entregas previstas no art. 159, inciso I da Constituição Federal, para cálculo do valor destinado como fonte de compensação para o cálculo da alíquota de referência da Contribuição de Bens e Serviços.

Art. 6º Fica revogado o art. 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 1º de janeiro de 2026.

Sala da Comissão, em 16 de julho de 2025.

Deputado RUBENS PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Deputado ARTHUR LIRA
Relator





**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE
LEI N. 1.087, DE 2025**

PROJETO DE LEI Nº 1.087, DE 2025

Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado ARTHUR LIRA

VOTO EM SEPARADO

(Do Sr. GILSON MARQUES)

O Projeto de Lei nº 1.087/2025, de autoria do Poder Executivo, altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), para corrigir a defasagem histórica da tabela, isentar contribuintes com renda mensal de até R\$ 5.000,00 e reduzir progressivamente a alíquota para rendimentos de até R\$ 7.000,00.

Para compensar a perda de arrecadação, estimada em R\$ 25,84 bilhões em 2026, R\$ 27,72 bilhões em 2027 e R\$ 29,68 bilhões em 2028, o projeto cria o chamado Imposto de Renda Pessoa Física Mínimo (IRPFM), que incide sobre todas as rendas, principalmente sobre lucros e dividendos, superiores a R\$ 50.000,00 por mês, com alíquotas que podem chegar a 10% para rendas anuais acima de R\$ 1,2 milhão, além de tributar remessas de dividendos ao exterior.

Diversos especialistas foram ouvidos e contribuíram para o debate da presente matéria. o Dr. Gilberto Alvarenga (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC) alertando que, por mais que o Brasil seja um dos únicos países que não tributa distribuição de lucros e dividendos, tal isenção corre após a empresa pagar um dos maiores impostos do mundo - uma alíquota





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

média de 34% - acima da média global de 23,51%, da OCDE de 23,85%, do G20 de 27,15% ou mesmo da América do Sul, de 28,38%¹.

Não à toa, o Sr. Gustavo André Muller Brigagão - Professor De Direito Tributário Da FGV, ouvido por esta Comissão no dia 20 de maio de 2025, ao contrário do que defende o governo e especialistas aliados, se manifestou no sentido de que a tributação ora proposta traz risco de fuga de capital e insegurança jurídica: “Quanto à questão de fuga de investimento, parece-me uma decorrência lógica. No momento em que o investidor inicialmente faz investimentos no País, aplica seu dinheiro no País com o pressuposto de que os rendimentos promovidos por essas aplicações serão isentos de Imposto de Renda e, no momento seguinte, ele passa a ter uma tributação de 10% na fonte, independentemente do valor recebido, independentemente de ser pessoa física ou jurídica, o que o coloca numa posição não isonômica em relação aos nacionais - isso, sim, de constitucionalidade absolutamente duvidosa -, a meu ver, é uma decorrência lógica que os investimentos sejam comparados com os de outros países e alocados para esses outros países em que há uma segurança jurídica. Isso é uma quebra de segurança jurídica, é até uma mudança tão forte na tributação dos investimentos que são feitos por aqueles que estão localizados fora do País.”²

O Excelentíssimo Relator, Dep. Arthur Lira, recomendou a aprovação do projeto com substitutivo, mantendo o Imposto sobre a renda das pessoas físicas mínimo (IRPFM) como compensação para a renúncia da faixa de isenção e evoluindo no texto, prevendo uma série de hipóteses de exclusão do texto como forma de evitar bitributação. Em que pese o trabalho desempenhado pelo relator, este deputado verifica ao menos 3 problemas insanáveis na proposta - e premissa - apresentadas pela introdução de um novo imposto.

Primeiro, a falta de credibilidade da compensação fiscal. O impacto fiscal apresentado pela Receita Federal do Brasil estima arrecadar R\$ 25,2 bilhões apenas com este novo imposto em 2026 . Porém, o próprio relatório admite altíssima concentração: cerca de 140 mil contribuintes arcarão sozinhos com essa conta - um cálculo de R\$ 192 mil adicionais por pessoa, em média, por ano.



<https://taxfoundation.org/data/all/global/corporate-tax-rates-by-country-2024/>
<https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/76367>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Oras, o que causa estranheza é que, tanto nos cálculos do governo quanto nos cálculos do relator, este imposto concentrado iria ter crescimento ano após ano, o que desafia a lógica.

Data vênia, é difícil imaginar um cenário no qual o governo cobre R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) **a mais de** impostos todos os anos de uma população de 140 mil pessoas, e, tais pessoas, em vez de se precaverem para pagarem menos impostos nos anos seguintes, fizessem o oposto - chamasse outras pessoas para pagar junto com elas - sendo as projeções apontadas de arrecadação de tal imposto no patamar de R\$ 25,22 bilhões em 2026, R\$ 29,49 bilhões em 2027 e R\$ 29,83 bilhões em 2028.

Como a arrecadação de fato tende a reduzir, e não aumentar, a cada ano, vislumbra-se inadequação financeiro-orçamentária na proposta de compensação apresentada pelo governo e trazida, com melhorias e exclusões que evitam certas bitributações, pelo relator.

Segundo, ao fixar o valor do início da alíquota para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de forma estanque, está-se colocando um valor que será rapidamente defasado pela inflação. Somente na última década (2015-2025) a inflação acumulada (IPCA) foi de 75,2%. Caso fixado o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e na próxima década tenhamos a mesma inflação da década anterior, em 2035 o valor efetivo de entrada nesta alíquota estaria em R\$ 28.542,89 (vinte e oito mil quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos) em termos de poder de compra atual.

Projetando a mesma metodologia de inflação para as próximas 2 décadas, o texto proposto consideraria no início da faixa de “super-ricos” o poder de compra de quem hoje ganha R\$ 13.782,97 (treze mil setecentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos).

Por fim, o último problema do texto proposto é ignorar uma realidade que se impõe ao estado brasileiro: o ajuste deve vir por conta do governo, e não dos cidadãos. Arrecadar mais, como propõe o projeto, não resolve o problema. Mesmo

Apresentação: 16/07/2025 08:04:59.370 - PL108725
VTS 1 PL108725 => PL 1087/2025

VTS n.1





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

arrecadando R\$ 100 bilhões a mais em 2023³ do que o mesmo período ano anterior⁴, o governo conseguiu sair de um superávit de R\$ 59,7 bilhões⁵ para um déficit de R\$ 230,54 bilhões⁶.

Em outras palavras, o governo federal arrecadou aproximadamente R\$ 100 bilhões a mais da sociedade, e gastou R\$ 290 bilhões a mais. Oras, a cada real arrecadado a mais da sociedade, o governo gasta 3, trata-se de uma conta que não pode fechar.

Mesmo se excluirmos os precatórios do cálculo, que é a narrativa do governo para justificar os gastos elevados (R\$ 90 bilhões), ainda teríamos uma conta de 2 para 1, ou seja, para cada real a mais arrecadado pelo governo, temos 2 gastos pelo governo. Como eu cansei de falar nesta casa: dar mais dinheiro ao governo para resolver crise é como colocar mais água em mangueira furada, não adianta. Ou, como o prêmio Nobel em Economia, Milton Friedman, falava: “Se colocarem o governo para administrar o deserto do Saara, em cinco anos faltará areia.”

O caminho para o equilíbrio das contas públicas é outro: redução da máquina pública, corte de gastos e combate aos privilégios. Em vez de atacar e subtrair a renda de quem trabalha no mercado, arriscando seu capital para empregar, produzir e inovar, a proposta ora apresentada vai no sentido oposto.

Em lugar de criar um novo imposto sobre quem já suporta carga elevada ou sobre dividendos - cuja tributação indireta já ocorre via IRPJ -, defendo compensar integralmente a renúncia fiscal com corte de despesas ineficientes, modernizando o estado e atacando privilégios.

Por oportuno, consigno o recebimento do ofício técnico encaminhado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA),

³ <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/arrecadacao-federal-de-2023-somou-r-2-318-trilhoes>

⁴ <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/arrecadacao-federal-alcanca-mais-de-r-2-21-trilhoes-no-acumulado-de-janeiro-a-dezembro-de-2022#:~:text=Institucional-,Arrecada%C3%A7%C3%A3o%20federal%20alcan%C3%A7a%20R%24%20%2C218%20trilh%C3%B5es%20em%202022%2C%20melhor%20resultado,rela%C3%A7%C3%A3o%20a%20dezembro%20de%202021.>

⁵ <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/governo-federal-apresenta-superavit-primario-de-r-59-7-bilhoes-em-2022>

⁶ <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/governo-central-gistrou-deficit-primario-de-r-230-535-bilhoes-em-2023>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

subscrito pelo Prof. Dr. Romero J.S. Tavares, Sócio-Líder de Tributação Internacional da PwC Brasil. O referido estudo traz análise econômica e jurídico-tributária detalhada sobre o Projeto de Lei nº 1.087/2025, confrontando sua Exposição de Motivos com os potenciais impactos reais sobre as companhias abertas, o investimento estrangeiro direto (IED) e o ambiente concorrencial do País.

A nova incidência prevista no PL - especialmente a combinação do Imposto de Renda Pessoa Física Mínimo (IRPFM) com a retenção na fonte de 10% sobre lucros e dividendos, inclusive remetidos ao exterior - elevaria a alíquota efetiva média das pessoas jurídicas brasileiras sujeitas ao Lucro Real para patamares acima de 30,7% (empresas não financeiras), podendo chegar a 40% ou mais no caso de instituições financeiras, transformando o Brasil no país com a maior carga tributária global sobre lucros empresariais.

No Brasil, as empresas precisam pagar o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), em média de 25%, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em média de 9%. Essa carga tributária média é de 34% — sem levar em conta benefícios fiscais diversos que possam diminuir a chamada alíquota efetiva. O texto em tela prevê alíquota de até 10% para os dividendos que sejam remetidos ao exterior. Na prática, trata-se de uma alíquota adicional de 10% sobre tributos de renda para investidores estrangeiros.

Há grande risco nesta proposta. Segundo a ABRASCA, 59% dos recursos na bolsa brasileira são estrangeiros, além dos muitos investimentos estrangeiros diretos em companhias que não passam por bolsa. Tributar essas remessas ao exterior é descapitalizar empresas brasileiras num momento delicado de crise no comércio global e tarifas contra o produtos brasileiros.

Embora o projeto em tela busque ampliar a progressividade do IRPF ao isentar contribuintes de menor renda, a forma de compensação adotada não resolve distorções históricas do sistema. Pelo contrário, perpetua assimetrias de carga tributária entre profissionais 'pejotizados' com baixa estrutura de capital, segmentos de serviços personalíssimos e setores intensivos em capital, como comércio e indústria.

Assim, contribuintes de mesma capacidade contributiva acabam sujeitos a cargas muito distintas, violando os princípios de equidade horizontal e vertical. Além





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 16/07/2025 08:04:59.370 - PL108725
VTS 1 PL108725 => PL 1087/2025
VTS n.1

disso, o parecer aponta que a tributação de lucros remetidos a não residentes, na forma proposta, contraria boas práticas internacionais, afasta capitais estrangeiros e agrava o desalinhamento do Brasil com a média de alíquotas efetivas observadas em países membros da OCDE, que operam hoje com média de 21% a 23% nominais, mas efetivas muitas vezes abaixo de 18% - patamar que tende a cair ainda mais com o avanço do Pilar 2 da OCDE, fixando piso mínimo de 15%.

Em vez de tributar indiscriminadamente lucros e dividendos, seria mais adequado ao País discutir uma reforma estruturante de Imposto de Renda, alinhada às práticas internacionais, revisando alíquotas nominais e efetivas do IRPJ, CSLL e IRPF de forma coordenada, garantindo neutralidade, segurança jurídica e atração de investimentos. Em caráter mínimo, recomenda-se a supressão da retenção na fonte de 10% sobre dividendos remetidos a não residentes e a restrição do novo IRPFM ao âmbito interno, recolhido exclusivamente na declaração anual de ajuste, de forma progressiva e integrada à base de cálculo do IRPF.

Tais alertas reforçam as críticas já apresentadas neste voto em separado, corroborando a necessidade de rejeitar soluções de aumento de carga tributária sobre setores produtivos e, em substituição, avançar em medidas compensatórias de natureza fiscal e orçamentária, como as que ora proponho: **redução de supersalários, privatização de estatais deficitárias, limitação de diárias, publicidade e fundos partidários, além da alienação de participações acionárias da União, todas medidas capazes de cobrir a renúncia sem gerar efeitos econômicos adversos ao País.**

Compensações propostas:

1) Fim progressivo dos supersalários

Problema: 42,5 mil servidores ganham acima do teto constitucional⁷, sendo 70% destes ligados ao Poder Judiciário. O custos com estes valores acima do teto chegam aos R\$ 11,1 bilhões por ano.

Proposta: limitar todos os rendimentos ao Teto Constitucional, de forma escalonada até 2028.



https://movimentopessoasafrente.org.br/wp-content/uploads/2024/12/PaF_NOTAS_TECNICA_SUPERSALARIOS_DEZ_2024-8.pdf

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinaturas.camara.leg.br/CD258909491900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques





Economia = R\$ 11,1 bilhões/ano a partir de 2028.

2) Privatização das estatais deficitárias e/ou dependentes

Problema: O governo gastou R\$ 27 bilhões com 17 estatais dependentes em 2024. Das 44 empresas estatais sob controle direto da União, 17 dependem de recursos do Tesouro para manter as operações. O governo estima que R\$ 27 bilhões seriam destinados dos cofres públicos a estas estatais somente em 2024. O saldo do déficit fechou em R\$ 8,073 bilhões.⁸

Proposta: alienação da participação da União de todas as estatais deficitárias, bem como aquelas dependentes da União.

Economia = R\$ 8,073 bilhões/ano (redução do prejuízo/déficit das estatais) + Entrada de bilhões em caixa decorrente do valor de venda das empresas estatais.

3) Teto de diárias e passagens durante crise fiscal

Problema: houve um aumento significativo nos gastos com diárias e passagens oficiais do governo anterior para o atual.

No governo Bolsonaro o gasto foi de R\$ 1,5 bilhão (valor de 2022, para não considerar o efeito da pandemia). Já Lula aumentou 53% os gastos, considerando 2024 = R\$ 2,3 bilhões, incluindo viagens da Janja e de todo o funcionalismo federal.⁹

Proposta: limitar o gasto com diárias e passagens em R\$ 1 bilhão de reais durante crise fiscal (déficit nominal das contas do setor público).

Economia = R\$ 1,3 bilhão/ano a partir de 2028.

4) Teto para a Publicidade do Governo Federal durante crise fiscal

Problema: em março deste ano, o governo anunciou elevação dos gastos com publicidade, podendo alcançar R\$ 3,5 bi.¹⁰

Proposta: R\$ 100 milhões (o governo não precisa de publicidade em crise fiscal, somente o estritamente necessário).

Economia = R\$ 3,4 bilhões a partir de 2028.

⁸Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/estatais-registram-em-2024-pior-deficit-da-historia>

⁹ Fonte: Portal da Transparência <https://portaldatransparencia.gov.br/viagens?ano=2023>

¹⁰Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2025/03/10/governo-expande-gasto-com-publicidade-e-pode-alcancar-r-35-bi-em-contratos.htm>





5) Alienação das participações acionárias do BNDES

Problema: o BNDES detém 20,8% da JBS (“Empresa da Picanha do Lula com os Irmãos Batista”, “dos ovos carimbados”, das “reuniões não registradas com Silveira no MME” etc), o que equivale a R\$ 11,2 bilhões, considerando o patrimônio líquido da empresa, 28,2% da TUPY (“Escândalo: Ministros de Lula Inflam Salários no Conselho da Tupy”) Equivale a R\$ 1,5 bi, bem como diversas outras empresas que o BNDES tem participação acionária: *Brasil Foods, Oi Telefônica, Bombril Hidrovias do Brasil, Cemig, Embraer, Metanor, Granbio, Lifemed, Copel, Casa Anglo Varejo, Coteminas, Tecidos Brasagro, Lorenz, Triunfo, Iochpe, Alcoolquímica, Ceg Gás RJ*, dentre outras.

Proposta: alienação de ao menos metade participações acionárias do BNDES. A carteira completa de participações acionárias do BNDES chega a R\$ 87,6 bilhões, segundo informações do primeiro trimestre de 2025.

Economia = R\$ 14,6 bilhões/ano (considerando alienação de 50% da carteira ao longo de 3 anos).

6) Redução das emendas não impositivas no orçamento

Problema: Hoje R\$ 18,872 bilhões do orçamento da União é comprometido com emendas do tipo RP2 (dotações para despesas discricionárias do Executivo), RP3 (dotações para o Programa de Aceleração do Crescimento) e RP8 (emendas de comissões).¹¹

Proposta: A estipulação de um teto de R\$ 5 bilhões para o global destas emendas, porquanto persistir déficit nominal das contas do setor público, com impacto consolidado de R\$ 13,872 bilhões a partir de 2028.

Economia = R\$ 13,87 bilhões a partir de 2028.

7) Teto para o fundo partidário e FEFC

Problema: Hoje são destinados mais de R\$ 1bi a título de fundo partidário e R\$ 4,9bi para fundo especial de financiamento de campanha - FEFC, popularmente conhecido como “fundão eleitoral”.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Proposta: fixação de um teto de R\$ 1 bilhão para cada durante a crise fiscal. No fundo partidário, o impacto é de evitar o seu crescimento. Já no eleitoral, a partir de 2028, haveria uma redução de 79,6% do seu valor, considerando o valor atual como base.

Economia: R\$ 1,47bi em 2026 e R\$ 4,41bi em 2028.

TABELA I - Estimativa Atual de Impacto das Medidas Propostas

(em R\$ bilhões)

Medidas		2026	2027	2028	Total
1	Desoneração de rendimentos até 5 mil, redução decrescente do Imposto entre R\$ 5.000,00 e R\$ 7.350,00	- 31,25	- 33,53	- 35,90	- 100,67
2	Fim escalonado dos supersalários	3,33	6,66	11,1	21,09
3	Teto de diárias e passagens durante crise fiscal	0,39	0,78	1,3	2,47
4	Teto para Publicidade do Governo Federal durante crise fiscal	1,02	2,04	3,4	6,46
5	Teto para Emendas de Comissão do Congresso Nacional	4,162	8,323	13,87	26,355
6	Teto para fundo partidário e eleitoral	1,47	-	4,41	5,88
7	Alienação de metade das participações acionárias do BNDES em 1/3 por ano	17,805	17,80	8,19	43,8
8	Alienação das estatais deficitárias e/ou dependentes	8,073	8,073	8,073	24,219
Total		5	10,15	14,44	29,604

Fonte: Portal da Transparência e RFB

Como pode-se depreender da tabela demonstrativa, o impacto fiscal é positivo em **R\$ 29,6 bilhões ao longo dos próximos 3 exercícios fiscais**, sem





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 16/07/2025 08:04:59.370 - PL108725
VTS 1 PL108725 => PL 1087/2025
VTS n.1

necessidade de criar ou majorar nenhum tributo, apenas promovendo ajustes necessários conforme o SUBSTITUTIVO em anexo.

Considerando o cenário fiscal positivo e a ausência de necessidade de aumento de tributos, propõe-se a criação de um benefício fiscal temporário voltado a pessoas físicas que exerçam atividade econômica por conta própria ou como empresários individuais, com receita bruta anual superior ao limite previsto para o Microempreendedor Individual (MEI) na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, até o montante de R\$ 144.642,86 (cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos).

A medida, válida entre os exercícios de 2026 e 2030, busca suavizar os efeitos do desenquadramento do MEI por excesso de receita, permitindo a essas pessoas a adoção de um regime especial de apuração da renda tributável para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Nesse período, os rendimentos serão apurados com base em presunção de 56% de renda líquida, conforme disciplinado pela Receita Federal do Brasil.

A proposta não altera os critérios legais de enquadramento no MEI, nem interfere no regime jurídico do Simples Nacional, mas apenas concede tratamento tributário específico e temporário a contribuintes que, embora desenquadrados da condição de MEI, se mantenham em condição econômica similar.

Estima-se que o impacto fiscal da medida fique entre R\$ 2 bilhões, segundo a Consultoria do Senado Federal, e R\$ 5 bilhões, conforme projeções do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), a depender do grau de adesão ao regime especial.¹² Ao promover a regularização e redução da informalidade, a medida também aumenta a base de arrecadação tributária, consoante inciso II, art. 14 da LRF, Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

Para os fins do art. 14, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a renúncia fiscal proposta no art. 8º ao art. 10 desta Lei — estimada entre R\$ 2 bilhões e R\$ 5 bilhões no período de 2026 a 2030 — não afetará as metas de resultado fiscal estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), uma vez que será



<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/12/aprovado-projeto-que-umenta-limite-de-receita-para-microempreendedor>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 16/07/2025 08:04:59.370 - PL108725
VTS 1 PL108725 => PL 1087/2025
VTS n.1

integralmente compensada por redução de despesa primária discricionária, conforme detalhado nas medidas constantes dos arts. 4º a 7º desta Lei.

As medidas incluem: Redução escalonada de supersalários e verbas indevidas (economia estimada: R\$ 11,1 bi/ano a partir de 2028); Alienação de participações acionárias do BNDES e estatais deficitárias (R\$ 14,6 bi/ano estimados); Limite de gastos com publicidade, diárias, passagens e fundos partidários durante déficit fiscal (redução consolidada de mais de R\$ 5 bilhões/ano); Teto para emendas parlamentares de comissão e não impositivas (economia de R\$ 13,8 bilhões/ano).

O impacto líquido consolidado dessas medidas, conforme demonstrado nas Tabelas I e II deste substitutivo, resulta em saldo fiscal positivo de R\$ 13,84 bilhões até 2028, mesmo após consideradas todas as renúncias propostas, o que garante a compatibilidade fiscal e orçamentária exigida pela LRF e pela LDO em vigor.

TABELA II - Estimativa de Impacto com Benefício do MEI

Medidas		2026	2027	2028	Total
1	Desoneração de rendimentos até 5 mil, redução decrescente do Imposto entre R\$ 5.000,00 e R\$ 7.350,00	- 31,25	- 33,53	- 35,90	- 100,67
2	Saldo dos cortes propostos anteriormente	36,25	43,678	50,34	130,265
3	Benefício fiscal temporário voltado a pessoas físicas que exerçam atividade econômica por conta própria ou como empresários individuais – R\$ 81mil a R\$ 144.642,86	-5	- 5,25	-5,5	-15,75
Total		0	4,898	8,94	13,845

Fonte: IBPT, Portal da Transparência e Senado Federal

Desta forma, manifesto-me pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 1.087, DE 2025 na forma do Substitutivo em anexo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Sala da Comissão, em 15 de julho de 2025.

GILSON MARQUES
Deputado Federal (NOVO-SC)

Apresentação: 16/07/2025 08:04:59.370 - PL108725
VTS 1 PL108725 => PL 1087/2025

VTS n.1





**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE
LEI N. 1.087, DE 2025**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.087, DE 2025

Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e dispõe sobre medidas compensatórias como o fim dos supersalários, alienações de participações da União em estatais e subsidiárias, limites de gastos que especifica durante déficit nominal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e dispõe sobre medidas compensatórias como o fim dos supersalários, alienações de participações da União em estatais e subsidiárias, limites de gastos que especifica durante déficit nominal e dá outras providências.

Art. 2º A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º-A. A partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026, será concedida redução do imposto sobre os rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal do imposto sobre a renda das pessoas físicas, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela de redução do imposto mensal

Rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste mensal	Redução do imposto sobre a renda
Até R\$ 5.000,00	Até 312,89 (de modo que o imposto devido seja zero)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 16/07/2025 08:04:59.370 - PL108725
VTS 1 PL108725 => PL 1087/2025

VTS n.1

De R\$ 5.000,01 até R\$ 7.350,00	978,62 - (0,133145 x rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal) (de modo que a redução do imposto seja decrescente linearmente até zerar para rendimentos a partir de R\$ 7.350,00)
----------------------------------	--

Art. 3º-B Os valores constantes do artigo anterior serão atualizados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerado o período de 12 (doze) meses anteriores, encerrado em junho do exercício anterior ao da lei orçamentária anual.”

Art. 4º Para os fins do art. 37, XI, da Constituição Federal, consideram-se de natureza indenizatória apenas as verbas que cumulativamente atendam aos seguintes requisitos:

I – tenham caráter eventual e transitório;

II – possuam natureza exclusivamente reparatória, destinada a ressarcir despesa extraordinária, necessária ao exercício da função pública, devidamente comprovada;

III – não sejam pagas indistintamente a todos os integrantes de uma carreira ou cargo, salvo quando fundadas em critério objetivo e previsão legal específica;

IV – estejam expressamente previstas em lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, nos termos do devido processo legislativo previsto na Constituição Federal.

§ 1º As verbas que tenham sido classificadas como indenizatórias mas que não atendam aos requisitos do caput deverão ser extintas gradualmente, conforme os seguintes redutores:

I – 30% (trinta por cento) a partir de 1º de janeiro de 2026;

II – 60% (sessenta por cento) a partir de 1º de janeiro de 2027;

III – 100% (cem por cento) a partir de 1º de janeiro de 2028.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 16/07/2025 08:04:59.370 - PL108725
VTS 1 PL108725 => PL 1087/2025

VTS n.1

§ 2º Os pagamentos efetuados com fundamento neste artigo deverão ser publicados mensalmente em portal da transparência, acompanhados da fundamentação, documentos comprobatórios e respectiva autorização legal e administrativa.

§ 3º Não se consideram como autorização legal, para os fins do inciso IV do caput, os atos normativos expedidos por órgãos ou entidades da Administração Pública no exercício de função normativa atípica, ainda que denominados resoluções, portarias, instruções normativas, deliberações, orientações ou atos congêneres, vedada a atribuição de efeitos equivalentes à lei formal.

§ 4º Entre outros, não se admite como fonte autorizadora de verbas indenizatórias, para os efeitos parágrafo §3º deste artigo, atos editados por:

I – conselho Nacional de Justiça (CNJ);

II – conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

III – tribunal de Contas da União (TCU);

IV – conselhos de Justiça ou do Ministério Público estaduais e distrital;

V – tribunais Superiores e Tribunais Regionais;

VI – tribunais e Cortes de Contas estaduais, distrital e municipais;

VII – ministérios e órgãos da Administração Pública direta;

VIII – autarquias, fundações públicas, empresas estatais e sociedades de economia mista; e

IX – entidades de classe ou associações corporativas de servidores.

Art. 5º a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 10-A. Serão automaticamente incluídas no Programa Nacional de Desestatização, no início de cada ano, aquelas que apresentarem déficit reiterado nos 3 (três) exercícios fiscais anteriores ou possuam dependência do orçamento do tesouro acima de 80% (oitenta por cento).





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 16/07/2025 08:04:59.370 - PL108725
VTS 1 PL108725 => PL 1087/2025

VTS n.1

Art. 27-A. A participação acionária do BNDES nas empresas em que detém cotas, valores mobiliários ou quaisquer outras participações deve ser liquidada em até 3 (três) anos da publicação desta lei, admitindo-se a liquidação de ao menos de:

I - 20,33% (vinte, e trinta e três por cento) no ano de 2026;

II - 20,33% (vinte, e trinta e três por cento) no ano de 2027;

III - 9,33% (nove, e trinta e três por cento) no ano de 2028.”

Art. 6º O Poder Executivo apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias, cronograma de execução e regulamentação das alienações previstas no artigo anterior.

Art. 7º Enquanto houver déficit nominal das contas do setor público, aplicam-se os seguintes tetos de gasto para:

I - emendas não impositivas no orçamento, incluídas as emendas de comissão, de incremento de dotações para despesas discricionárias do Executivo ou de incremento de dotações para o Programa de Aceleração do Crescimento, bem como quaisquer que venham a substituí-las, previstas nos §§ 9º e 12 do art. 166 da Constituição Federal, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco bilhões de reais);

II - fundo partidário e fundo especial de financiamento de campanha, previstos nos §§ 3º e 8º e do art. 17 da Constituição Federal, no valor de R\$ 1.000,000 (um bilhão de reais) cada;

III - diárias, passagens, eventos oficiais ou diplomáticos do Poder Executivo, no valor de R\$ 1.000,000 (um bilhão de reais);

IV - meios de comunicação, propaganda, peças publicitárias ou demais destinadas à comunicação social do Poder Executivo, no valor de R\$ 100.000,00 (cem milhões de reais);

§ 1º Quaisquer valores excedentes para os gastos que especifica, bem como congêneres, empenhados nos exercícios anteriores à aprovação da presente lei ser devem ser reduzidos em relação ao limite do *caput* em, no mínimo:

I – 30% (trinta por cento), para o ano-exercício de 2026;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 16/07/2025 08:04:59.370 - PL108725
VTS 1 PL108725 => PL 1087/2025
VTS n.1

II – 60% (sessenta por cento), para o ano-exercício de 2027;

III – 100% (cem por cento), para o ano-exercício de 2028.

§ 2º A partir do exercício de 2029, o limite será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerado o período de 12 (doze) meses anteriores, encerrado em junho do exercício anterior ao da lei orçamentária anual;

Art. 8º Fica instituído, em caráter transitório, benefício fiscal destinado à pessoa física que, no exercício de atividade econômica como empresário individual ou trabalhador por conta própria, tenha auferido receita bruta anual superior ao limite estabelecido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para o Microempreendedor Individual (MEI), até o montante de R\$ 144.642,86 (cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos).

§ 1º O benefício de que trata o caput consistirá na aplicação de regime especial de apuração da renda tributável para fins de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), conforme disposto nesta Lei.

§ 2º A aplicação do benefício não implica manutenção do enquadramento como Microempreendedor Individual nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e não afasta o cumprimento das obrigações tributárias e acessórias determinadas pela legislação federal aplicável.

Art. 9º Para os fins da apuração do IRPF, os rendimentos auferidos pelas pessoas referidas no art. 8º serão tributados com base em presunção de 56% de renda líquida, no período de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2030.

§ 1º A aplicação da presunção prevista no caput não afasta a possibilidade de o contribuinte optar pela apuração com base no lucro real.

§ 2º A Receita Federal do Brasil disciplinará os critérios e procedimentos para adesão ao benefício, sua fruição e fiscalização.

Art. 10. Os valores previstos no artigo anterior serão atualizados anualmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao



* C D 2 5 8 9 0 9 4 9 1 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 16/07/2025 08:04:59.370 - PL108725
VTS 1 PL108725 => PL 1087/2025

VTS n.1

Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo IBGE, considerando-se os 12 meses encerrados em junho do exercício anterior.

Art. 11. Não incide tributo, seja imposto, taxa ou contribuição na renda de pessoas físicas ou jurídicas cuja receita líquida anual, descontados de todos os débitos relacionados à respectiva atividade produtiva, seja igual ou inferior aos limites de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI) previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo não gera qualquer obrigação acessória aos contribuintes.

§ 2º A apuração da receita líquida anual deverá ser realizada exclusivamente pelo fisco, utilizando os dados que já tenha à disposição, considerando os custos de produção variáveis para cada atividade econômica.

§ 3º Somente caso subsista fundada suspeita de irregularidade o fisco deverá instaurar processo administrativo próprio em que disponibilizará amplo e facilitado meio para o contribuinte fazer prova em seu favor, sendo suficiente para tal comprovantes de pagamento e transações que demonstrem os débitos relacionados à atividade produtiva, vedada a exigência de documentos fiscais considerando o pequeno porte da atividade e o princípio da boa-fé objetiva.

§ 4º Se ao final da fiscalização simplificada disposta nos parágrafos anteriores o fisco considerar que o contribuinte extrapolou os limites de receita líquida anual contidos no caput, o contribuinte não reincidente fica isento de quaisquer multas ou sanções tributária, tendo direito ao desenquadramento do porte, considerando o princípio da preservação da atividade econômica.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - na data de sua publicação, para os arts. 1º a 7º e 11;

II - a partir de 1º de janeiro de 2026, para os arts. 8º a 10.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Sala da Comissão, em 15 de julho de 2025.

GILSON MARQUES
Deputado Federal (NOVO-SC)

Apresentação: 16/07/2025 08:04:59.370 - PL108725
VTS 1 PL108725 => PL 1087/2025

VTS n.1



FIM DO DOCUMENTO